



**Universidade de Lisboa
Faculdade de Motricidade Humana**



**RELATÓRIO DETALHADO SOBRE A ATIVIDADE
PROFISSIONAL DOS ÚLTIMOS QUATRO ANOS
(2009 a 2013)**

**ELABORADO COM VISTA À OBTENÇÃO DO GRAU
DE MESTRE EM ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA
NOS ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO**

Orientador

Professor Doutor Marcos Teixeira de Abreu Soares Onofre

Júri

Presidente

Professor Doutor Carlos Alberto Serrão Santos Januário

Vogais

Professor Doutor Marcos Teixeira de Abreu Soares Onofre

Professor Doutor António José Mendes Rodrigues

Professora Doutora Ana Luísa Dias Quitério

Cátia Sofia Costa Castanho Pinto Amaro

2014

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor Marcos Onofre, pelo acompanhamento e disponibilidade durante todo o processo.

À Administração do Colégio Manuel Bernardes, pela oportunidade de continuar a fazer parte dessa instituição, na qual cresci como aluna e à qual regressei mais tarde como docente, sendo por isso já uma segunda casa.

Aos meus colegas e amigos do departamento de Educação Física no Colégio Manuel Bernardes, por todos os momentos de companheirismo e de partilha de conhecimento, bem como por me acompanharem nos desafios que surgem diariamente.

Aos meus amigos Helena Nobre e Paulo Figueiredo, pelo apoio e incentivo. Ao Paulo, ainda, por me ter proporcionado uma série de oportunidades profissionais que constituíram uma fonte inesgotável de aprendizagens e experiências, tendo sido decisivas na aquisição de conhecimentos e na construção do perfil profissional. E por ter sido um exemplo em todos os contextos profissionais onde nos cruzámos, tornando-se um modelo e uma referência constante.

Aos meus alunos, que todos os dias me obrigam a não parar e que são estímulo de aprendizagem e desenvolvimento contínuos.

Aos meus pais, por sempre terem encarado a Educação como uma prioridade e me terem ensinado que só com trabalho, esforço e persistência conseguimos alcançar os objetivos a que nos propomos. E, claro, pelo seu amor, que é único e que não se encontra em nenhum outro lugar.

Ao Nuno e à Beatriz, por tantas outras coisas mas, principalmente, por preencherem todos os dias.

À família e amigos, simplesmente, por existirem.

RESUMO

O presente trabalho representa o Relatório Final do Mestrado em Ensino da Educação Física nos Ensinos Básico e Secundário e tem como principal objetivo relatar a minha experiência profissional dos últimos quatro anos. Uma vez que iniciei a sua elaboração durante o ano letivo de 2012-2013, este relatório refere-se ao período entre 2009 e 2013 e incide, essencialmente, no meu desempenho enquanto docente, bem como elemento ativo da comunidade escolar.

Tendo em conta que quando terminei a licenciatura comecei imediatamente a lecionar no Colégio Manuel Bernardes, inicialmente, é realizada uma caracterização pormenorizada desta instituição, no sentido de contextualizar a minha ação profissional.

Posteriormente, é apresentada uma análise e reflexão da minha intervenção profissional e do impacto que esta teve na comunidade escolar. Essa reflexão foi elaborada de acordo com os diferentes domínios previstos no regulamento da avaliação de desempenho de docentes, segundo o Contrato Coletivo de Trabalho entre a Associação dos Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo e a Federação Nacional de Professores. Assim, foram tidas como referência aquelas que foram as minhas competências para lecionar, as minhas competências profissionais e de conduta, as minhas competências sociais e de relacionamento e as minhas competências de gestão.

De acordo com essas competências, foi realizada uma descrição e respetiva reflexão crítica das experiências profissionais enquanto professora da disciplina de Educação Física, responsável pelo grupo/equipa de Desporto Escolar de Desportos Gímnicos, coordenadora do departamento de Educação Física, elemento da equipa de elaboração de horários do colégio e avaliadora dos meus pares.

Palavras – Chave: Educação Física, Professor, Alunos, Ensino-Aprendizagem, Planeamento, Avaliação, Desporto Escolar, Formação de Professores.

ABSTRACT

This work represents the final Master's Degree Report in the area of Physical Education Teaching to students in Elementary and Secondary School and its main goal is to describe my professional experience of the last four years. As I have started preparing my thesis in 2012-2013, this report will focus on my practice and experience as a teacher and an active member of the school community, from 2009 and 2013.

Due to the fact that I started teaching immediately after graduating, this report highlights - as a starting point – a detailed description of the place where I teach (Colégio Manuel Bernardes) so that my professional activity could be contextualized in a relevant way.

Afterwards it is presented both an analysis and a reflection upon my professional involvement and the impact it has had in the target school. The reflection was carried out bearing in mind the different domains established in the official document that regulates by-law the teachers' evaluation performance accordingly with the Collective Employment Contract between the Private / Cooperative Teaching Association and the Teachers' National Federation. Likewise, it was taken into account not only my teaching and professional skills but also those related to conduct, relational, social and management skills. In the light of these competences/capacities it follows a description and critical approach to my professional experience as a Physical Education teacher, a Physical Education Department Coordinator (in which, among several tasks, evaluation of suchlike teachers' performance is included), as the responsible for the School Gym Sports group/team and member of the team that organizes the teachers' yearly schedules.

Keywords: Physical Education, Teacher, Students, Teaching and Learning, Planning, Evaluation, School Sport, Teacher Training.

ÍNDICE GERAL

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO II – DESCRIÇÃO E ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS DO CMB.....	4
1 ENQUADRAMENTO HISTÓRICO	5
2 ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO E LOCALIZAÇÃO	7
3 IDENTIDADE, MISSÃO E VALORES	9
4 ORGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO	11
5 CARACTERIZAÇÃO FÍSICA E INSTALAÇÕES	17
6 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E OFERTA EDUCATIVA	19
6.1 PLANOS CURRICULARES.....	19
6.2 ATIVIDADES EXTRACURRICULARES	23
6.3 DESPORTO ESCOLAR	25
6.4 ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS.....	26
6.5 APOIOS E COMPLEMENTOS EDUCATIVOS	27
7 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO ESCOLAR – ALUNOS.....	27
8 CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS – PESSOAL DOCENTE E AUXILIARES DE AÇÃO EDUCATIVA.....	32
9 CARACTERIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA	35
9.1. RECURSOS HUMANOS.....	35
9.2. INSTALAÇÕES.....	36
9.3. RECURSOS MATERIAIS.....	40
9.4. RECURSOS TEMPORAIS	40
CAPÍTULO III – CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA ATIVIDADE PROFISSIONAL DESENVOLVIDA.....	43
1 COMPETÊNCIAS PARA LECIONAR	44
1.1 PROMOÇÃO DA APRENDIZAGEM	44

1.2	PLANEAMENTO.....	51
1.3	AVALIAÇÃO.....	57
1.4	IDENTIFICAÇÃO E VIVÊNCIA DO PROJETO EDUCATIVO	65
1.5	PROCURA DE INFORMAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE CONHECIMENTOS.....	66
2	COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS E DE CONDUTA.....	69
2.1.	TRABALHO DE EQUIPA E COOPERAÇÃO INTERÁREAS	69
3	COMPETÊNCIAS SOCIAIS E DE RELACIONAMENTO	73
3.1	RELAÇÃO COM OS ALUNOS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO.....	73
3.2	ENVOLVIMENTO COM A COMUNIDADE EDUCATIVA	76
4	COMPETÊNCIAS DE GESTÃO.....	82
CAPÍTULO IV – CONCLUSÃO		88
CAPÍTULO V – BIBLIOGRAFIA		92
1.	BIBLIOGRAFIA.....	93
2.	DOCUMENTOS CONSULTADOS	94
2.1	LEGISLAÇÃO CONSULTADA.....	94
2.2	DOCUMENTOS INTERNOS CONSULTADOS – CMB	95
ANEXOS		96

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Imagem do Jardim dos Azulejos.	5
Figura 2 - Localização do CMB.....	8
Figura 3 - Organigrama Funcional do CMB.....	11
Figura 4 - Imagem da fachada principal do colégio.....	17
Figura 5 - Imagem do recreio da Pré-escola.	17
Figura 6 - Imagem de um refeitório.....	17
Figura 7 - Imagem de uma sala de aula.	17
Figura 8 - Imagem do ginásio da Pré-escola.....	38
Figura 9 - Imagem do Ginásio.....	38
Figura 10 - Imagem dos campos relvados.....	38
Figura 11 - Imagem do campo desportivo superior.	38
Figura 12 - Imagem do campo desportivo vedado.	38
Figura 13 - Imagem do campo desportivo inferior.	38

ÍNDICE DE TABELAS

Quadro 1 - Departamentos Curriculares.....	15
Quadro 2 - Manchas horárias da Pré-escola e do 1º Ciclo do Ensino Básico.....	20
Quadro 3 - Manchas horárias do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário.	20
Quadro 4 - Caracterização das Instalações Desportivas.	37

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de alunos por Ciclos de Ensino.	28
Gráfico 2 - Sucesso escolar (percentagem de alunos aprovados por Ciclos de Ensino)..	29
Gráfico 3 - Distribuição dos alunos distinguidos com Quadro de Honra.	30
Gráfico 4 - Escolhas profissionais dos alunos.	31
Gráfico 5 - Caraterização dos docentes por sexo.	32
Gráfico 6 - Caraterização dos docentes por idade.	33
Gráfico 7 - Habilitações literárias dos docentes.	34

ANEXOS

(Disponíveis no CD ROM)

- Anexo 1** Organigrama do CMB
- Anexo 2** Infraestruturas existentes no CMB
- Anexo 3** Representação gráfica do CMB
- Anexo 4** Planos Curriculares
- Anexo 5** Inventário de material EF
- Anexo 6** Projeto Curricular EF
- Anexo 7** Planificações Anuais EF
- Anexo 8** Objetivos Atividades Físicas por níveis programáticos
- Anexo 9** Rotação de Espaços EF
- Anexo 10** Plano de Turma 8ºE
- Anexo 11** Plano de Etapas e Unidades de Ensino 8ºE
- Anexo 12** Critérios de Avaliação EF
- Anexo 13** Ficha de Observação de Aula
- Anexo 14** Fichas de Registo de Avaliação Formativa - Atividades Físicas
- Anexo 15** Grelhas de Avaliação EF
- Anexo 16** Avaliação 8ºE
- Anexo 17** Plano Anual de Atividades EF
- Anexo 18** Ficha de Observação Pedagógica – Avaliação de Desempenho

LISTA DE ABREVIATURAS

AEEP	Associação dos Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo
CMB	Colégio Manuel Bernardes
DREL	Direção Regional de Educação de Lisboa
EF	Educação Física
DE	Desporto Escolar
FENPROF	Federação Nacional de Professores
FMH	Faculdade de Motricidade Humana
PC	Projeto Curricular
PCE	Projeto Curricular de Escola
PE	Projeto Educativo
PNEF	Programas Nacionais de Educação Física
RI	Regulamento Interno
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação

Capítulo I

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

A inscrição no Mestrado em Ensino da Educação Física nos Ensinos Básico e Secundário surge numa lógica de formação e desenvolvimento profissional, procurando essencialmente aumentar as minhas habilitações, numa época em que as apostas na formação e desenvolvimento contínuos são fundamentais, contribuindo decisivamente para a manutenção de situações profissionais e, eventualmente, na obtenção de outras.

Atendendo à realidade atual da oferta de profissionais habilitados que, com a Declaração de Bolonha e implementação do respetivo processo, acabam por optar a maior parte pela realização de mestrado, saindo para o mercado de trabalho com habilitações superiores, foi minha intenção manter-me dentro daquelas que são as tendências e realidades do mercado profissional neste momento, no sentido de poder dar resposta às diferentes oportunidades profissionais, quer atuais, quer futuras.

Na realidade, trabalhando numa instituição privada e sendo a minha progressão na carreira gerida pelo Contrato Coletivo de Trabalho entre a Associação dos Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo (AEEP) e a Federação Nacional de Professores (FENPROF), estando este sujeito a revisões regulares, o receio de que as normas que regem essa progressão possam a qualquer momento ser alteradas e de que o mestrado como habilitação possa vir a ser um fator determinante para esse efeito fez-me encarar este passo como uma necessidade profissional.

Desta forma, o presente trabalho constitui o relatório final do mestrado e tem como objetivo o relato e análise da minha experiência profissional nos últimos quatro anos. Uma vez que iniciei a sua elaboração durante o ano letivo de 2012-2013, este relatório refere-se ao período entre 2009 e 2013 e incide, essencialmente, no meu desempenho enquanto docente, bem como, elemento ativo da comunidade escolar.

Tendo em conta que quando terminei a licenciatura em Ciências do Desporto, na Faculdade de Motricidade (FMH), comecei imediatamente a lecionar como professora de Educação Física (EF) no Colégio Manuel Bernardes (CMB), no qual me mantenho como docente até à data, no Capítulo II, será realizada uma caracterização pormenorizada desta instituição, no sentido de contextualizar a minha ação profissional. Assim, será realizado um enquadramento histórico e geográfico, bem como uma caracterização da sua identidade, missão e valores, dos órgãos de administração e gestão, das instalações,

da respetiva oferta curricular, da população discente, do pessoal docente e auxiliares de ação educativa e do departamento de EF.

Posteriormente, no Capítulo III, será apresentada uma caracterização e análise da atividade profissional desenvolvida nos últimos quatro anos, procurando abranger todo o trajeto e intervenção realizada, bem como o impacto que estes tiveram na comunidade escolar.

Considerando que a minha avaliação de desempenho tem sido realizada de acordo com os diferentes domínios previstos no regulamento da avaliação de desempenho de docentes, contemplado no Contrato Coletivo de Trabalho entre a AEEP e a FENPROF e desenvolvido segundo os princípios constantes da Lei de Bases do Sistema Educativo, das Bases do Ensino Particular e Cooperativo e do Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo, uma vez que me encontro identificada com esse modelo, será realizada uma análise e reflexão com base nas competências nele apresentadas, nomeadamente daquelas que foram as minhas competências para lecionar, as minhas competências profissionais e de conduta, as minhas competências sociais e de relacionamento e as minhas competências de gestão.

De acordo com essas competências, será realizada uma descrição e respetiva reflexão crítica das experiências profissionais enquanto professora da disciplina de EF, responsável pelo grupo/equipa de Desporto Escolar (DE) de Desportos Gímnicos, Coordenadora do departamento de EF, elemento da equipa de elaboração de horários do colégio e avaliadora dos meus pares.

Por último, no Capítulo IV, serão apresentadas algumas considerações que pretendem ser uma síntese do trabalho desenvolvido e as conclusões retiradas com a sua elaboração.

Capítulo II

DESCRIÇÃO E ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS DO CMB

CAPÍTULO II – DESCRIÇÃO E ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS DO CMB

1 ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

A freguesia do Lumiar foi criada a 2 de abril de 1266. Em 1312, D. Dinis efetuou a partilha dos bens do Conde de Barcelos, ficando para D. Afonso Sanches, seu filho bastardo e genro do conde, uma quinta e casa de campo, no Lumiar, a que passou a chamar-se Paços do Infante D. Afonso Sanches. No reinado de D. Afonso IV, esta residência nobre adquiriu a designação de Paço do Lumiar, a qual ainda hoje se mantém e constitui um importante núcleo histórico da freguesia.

Situado no Paço do Lumiar, o CMB está instalado na Quinta dos Azulejos, sendo esta, no seu género, uma das mais notáveis de Lisboa. Esta quinta foi mandada construir na primeira metade do século XVIII, por António Colaço Torres, ourives de Lisboa e cavaleiro da Ordem de Cristo, tendo D. Maria I vivido aqui durante algum tempo. O seu nome deriva dos preciosos azulejos que cobrem as galerias do jardim. Esses azulejos, peças relevadas, de aplicação e soltas, são fruto da antiga fábrica do Rato 1779-1780 e tiveram, em anos mais recentes, a distinção de Património Nacional.



Figura 1 - Imagem do Jardim dos Azulejos.

O seu papel e contributo histórico conferem à Quinta dos Azulejos um reconhecimento que em muito influencia o funcionamento do colégio. Ainda hoje, este é frequentemente visitado por estudantes de Artes e História, fotógrafos, turistas e curiosos, entre outros, que se deslocam propositadamente para apreciar os seus azulejos. Este aspeto, para além de funcionar como uma boa campanha de *marketing*, é utilizado na formação dos alunos que passam pelo colégio, funcionando como um instrumento para abordar algumas competências específicas de várias disciplinas, como é o caso de Educação Visual e História, bem como para dar a conhecer as tradições, história e identidade da própria instituição, com exemplos concretos que se podem visualizar e apreciar neste espaço e que permite aos alunos uma melhor compreensão e reconhecimento dos mesmos.

Considerando a sua relevância histórica, a Quinta dos Azulejos é um espaço aberto, acessível à comunidade escolar e visitantes autorizados, embora a circulação dos alunos procure ser condicionada e controlada, no sentido de preservar as suas características. Assim, a sua importância leva a uma necessidade da respetiva manutenção, sendo este outro aspeto transmitido aos alunos e assumido por todos os elementos da comunidade educativa, procurando incutir a tomada de consciência dos comportamentos e atitudes que aí não devem adotar e a sua responsabilização e papel no processo de preservação deste espaço.

A história do CMB propriamente dita, começa em 1935, quando foi concedido a esta instituição o seu alvará. Desta forma, o CMB encontra-se entre as mais antigas instituições de ensino privado da capital portuguesa e, à imagem de outros colégios católicos, foi fundado por um padre, Augusto Gomes Pinheiro, que vislumbrava no plano educativo a sua verdadeira vocação, tendo sido condecorado mais tarde, em 1945, com o grau de Comendador da Ordem de Instrução Pública, sob proposta do Ministro de Educação Nacional.

O CMB começou por se instalar na Quinta dos Azulejos, funcionando em regime de internato masculino, sendo que muitos militares que tinham a necessidade de sair do país confiavam a esta instituição a Educação dos seus filhos. No entanto, em 1938, com o crescimento exponencial do número de alunos, foi arrendada a Quinta do Paço para instalar as dependências necessárias ao funcionamento do internato. Em 1950, o Padre Augusto Gomes Pinheiro adquire também a Quinta de Santo António, contígua à Quinta dos Azulejos, onde fixa a sua residência.

Em 1975, foi concedido ao CMB o paralelismo pedagógico e em 1976 foi encerrada uma parte do internato do colégio, passando essas instalações a ser destinadas à secção Pré-escolar e começando o colégio a funcionar com regime de internato e externato.

De acordo com uma nova realidade social, em 1984, o CMB passou a funcionar em regime de externato misto e no ano de 1987 é distinguido com a medalha de ouro de mérito do Município de Lisboa.

O Padre Augusto Gomes Pinheiro identificava-se com os ideais e com a conduta do Padre Manuel Bernardes e era um apreciador confesso das suas obras literárias, pelo que deriva desse facto a escolha do nome do colégio e mais tarde do jornal escolar a que chamou “A Nova Floresta”, possivelmente a mais notória dessas obras.

Na qualidade de padre, Augusto Gomes Pinheiro adotou um Projeto Educativo (PE) que visava uma educação fundamentada nos princípios cristãos defendidos pela Igreja Católica, que tem permanecido ao longo dos anos, sendo este um dos aspetos que, ainda hoje, rege a filosofia, oferta educativa e funcionamento adotado no colégio, sendo também considerado por muitos dos Encarregados de Educação que escolhem o CMB para confiar a Educação dos seus educandos.

Em 2013, foi concedido ao colégio o funcionamento em regime de autonomia pedagógica total e, atualmente, orgulha-se de ser uma instituição de ensino bem sucedida, ao longo dos seus quase oitenta anos de existência.

2 ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO E LOCALIZAÇÃO

O Paço do Lumiar representa uma pequena área enquadrada dentro da freguesia do Lumiar, uma das 53 do concelho de Lisboa. Sendo das mais populosas, com os seus cerca de 45.000 habitantes e 30.600 eleitores, confina com o concelho de Odivelas e as freguesias de Campo Grande, S. João de Brito, Santa Maria dos Olivais, Charneca do Lumiar, Ameixoeira e Carnide.

No início do séc. XX, verificou-se um forte aumento da população da freguesia (2840 habitantes em 1900, para mais de 30000 em 2000) e, recentemente, novas construções vieram alterar as características antigas do Paço do Lumiar.

Situado no Paço do Lumiar, o CMB está instalado na Quinta dos Azulejos, na Quinta de Santo António, na Quinta do Paço e no “Pavilhão – Casa Mãe”. Pode ser encontrado através das coordenadas de GPS: latitude 38° 46'N e longitude 9° 10'W.

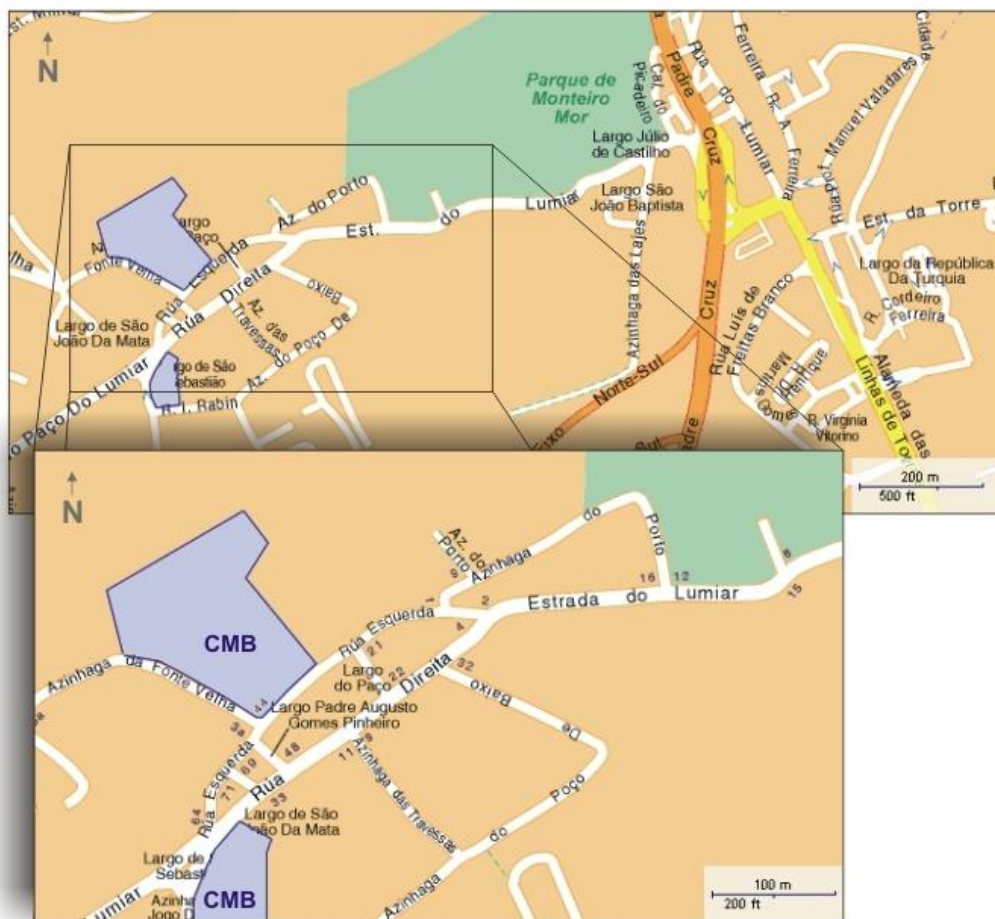


Figura 2 - Localização do CMB.

Uma vez inserido no espaço territorial abrangido pela freguesia do Lumiar, o CMB tem na sua vizinhança vários estabelecimentos e instituições, nomeadamente:

- Cinco estabelecimentos oficiais de saúde (hospitais e centro de saúde);
- Quatro instituições oficiais de cultura (duas bibliotecas e dois museus);
- Onze estabelecimentos escolares de ensino particular e dez de ensino oficial (sendo quatro do 1º Ciclo do Ensino Básico, quatro do 2º/3º Ciclos do Ensino Básico, dois do Ensino Secundário e duas instituições de Ensino Superior);
- Dez associações de ação social (que incluem apoio a pessoas com deficiência e idosos).

No caso particular da oferta desportiva existente na vizinhança, não estando inseridos exatamente no espaço territorial que envolve o colégio, a proximidade a dois clubes permite a articulação do colégio com os mesmos, através de protocolos estabelecidos, que visam uma maior oferta desportiva aos alunos e permitem alargar o leque de atividades extracurriculares, por exemplo, com a prática de modalidades como a Natação e o T nis, cujos alunos do colégio se deslocam às instalações desses clubes para praticarem as modalidades referidas.

O crescimento exponencial do número de habitantes na freguesia e o aparecimento de várias zonas residenciais no espaço territorial próximo do colégio, cujos habitantes são de extratos socioecon micos médio/altos (Telheiras, Zona Alta de Lisboa, etc.), constituem, com certeza, aspetos promotores na opção por parte de Encarregados de Educação na escolha do colégio como instituição para os seus educandos realizarem o respetivo percurso escolar. No entanto, considerando que no mesmo território abrangido existem outros colégios privados, que representam uma concorrência feroz ao CMB, o facto de, até   data, o colégio conseguir sobreviver e manter um elevado número de alunos, permite-nos ponderar o trabalho que aí é desenvolvido e considerar que, para além da localização, existem outras características do colégio que levam os Encarregados de Educação a optar por esta instituição.

3 IDENTIDADE, MISSÃO E VALORES

O CMB é uma instituição educativa de caráter privado, que ministra uma educação fundamentada nos princípios cristãos defendidos pela Igreja Católica e que se preocupa com o desenvolvimento moral, cultural e físico dos seus alunos. Assim, a sua finalidade geral é favorecer o crescimento e amadurecimento integral do aluno, dentro de uma visão cristã da vida e da cultura, adotando o PE herdado do seu fundador.

Além disso, considera necessário criar o hábito da ordem e da disciplina, uma vez que estes são aspetos indispensáveis ao Homem para a sua convivência social, inculcando assim princípios básicos que orientem a futura vida intelectual e moral e ajudando na formação de um caráter íntegro.

Nesta linha de orientação, o CMB tem como missão:

- Colaborar com a família na educação e formação dos seus alunos, procurando continuar o ambiente de uma verdadeira família nas relações com todos os seus membros, onde a amizade e o respeito mútuo sejam características dominantes;
- Desenvolver, progressivamente, os conhecimentos específicos que os levem a uma educação personalizada, com capacidade para discernir e afirmar a sua personalidade em qualquer setor da sua vida futura;
- Fomentar, através de um clima de seriedade e tolerância, hábitos de trabalho, de retidão de caráter, de diálogo e de respeito pelos outros;
- Ajudar os alunos na formação de estruturas humanas e sociais que os tornem úteis a si próprios e à sociedade em que vivem, servindo-se da cooperação e do exemplo.

Desta forma, procura conceber a educação como um todo, redefinindo a pedagogia numa prática que visa a formação dos alunos para a cidadania, que exige o cultivo da responsabilidade moral, da autodisciplina, do respeito pelo valor individual, próprio e alheio, da consciência da dignidade humana, da capacidade crítica e da vontade de promover e alcançar compromissos.

Fomenta, por isso, o estímulo à curiosidade e à vontade de conhecer e saber, bem como da criação de valores cívicos, nomeadamente a solidariedade, a coragem, a tolerância, o respeito pelos outros, a abertura e a transparência.

Os princípios orientadores do seu PE têm como referencial os pressupostos evidenciados por todos os normativos que regulamentam o Sistema Educativo Nacional, com referência particular à Lei de Bases do Sistema Educativo, ao Estatuto da Carreira Docente e ao Estatuto do Aluno do Ensino Não Superior.

De todos os princípios contemplados no PE do CMB, para aqueles que conhecem a realidade de funcionamento e as dinâmicas implementadas, a segurança, a disciplina, o rigor, a criação de hábitos de trabalho e a qualidade do ensino, são aqueles que mais se destacam e que se apresentam como as suas grandes mais valias. Essa qualidade, não se podendo medir objetivamente, pode ser assumida pelo sucesso escolar dos alunos, quando, por exemplo, ao nível dos *Rankings* dos exames nacionais, o colégio se encontra sempre nos primeiros lugares (não constituindo um critério linear, uma vez que os fatores que influenciam os *Rankings* são variadíssimos, como sabemos, na realidade funciona como um excelente elemento de publicidade externa e aos quais os pais dão especial importância), bem como o seu percurso após a passagem pelo colégio, em que

a maior parte dos alunos consegue aceder ao Ensino Superior nos cursos que correspondem às suas primeiras opções de estudos.

4 ORGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

O CMB tem os seguintes órgãos de administração e gestão:

- Entidade Titular;
- Conselho de Gerência;
- Diretor Pedagógico;
- Conselho Pedagógico;
- Estruturas de Orientação Educativa e de Articulação Curricular.

De seguida são apresentadas as estruturas superiores do organigrama funcional do CMB (apresentado na totalidade no Anexo 1), representando a real distribuição operacional do mesmo.

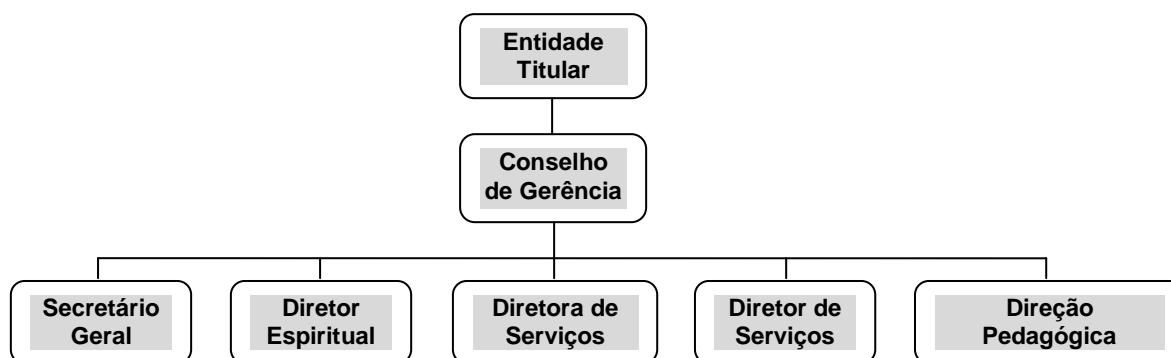


Figura 3 - Organigrama Funcional do CMB.

A Entidade Titular está bem presente no dia a dia do colégio, sendo assumidos pelos seus membros muitos dos cargos de administração e gestão. Reconheço que este é um aspeto positivo, uma vez que os principais responsáveis pelo colégio, sendo elementos presentes na realidade diária do seu funcionamento, conseguem ter uma perceção real dos aspetos inerentes a esse funcionamento e, por isso, ser sensíveis às questões que se apresentam como aspetos positivos e aspetos negativos. No entanto, o facto da Entidade Titular ser constituída por vários membros é considerada uma desvantagem, pois nem sempre existe consenso entre os mesmos e muitas decisões acabam por não ser tomadas por essa razão, deixando em *standby* algumas medidas que em tudo beneficiariam o colégio.

Designado pela Entidade Titular e sendo dependente da mesma, o Conselho de Gerência é um órgão de direção do colégio. As competências do Conselho de Gerência passam por representar oficialmente o colégio (em juízo e fora dele), definir o carácter próprio do colégio e dotá-lo de uma organização própria, colaborar na definição das linhas programáticas e filosóficas educativas, assegurar a gestão administrativa, económica e financeira do colégio, bem como nomear o Diretor Pedagógico, a Direção Pedagógica e outros cargos de chefia. Cabe ainda ao Conselho de Gerência definir o orçamento anual, distribuir verbas e assegurar os investimentos necessários, estabelecer o regulamento administrativo e respetiva tabela de mensalidades, homologar o processo de seleção e ingresso do pessoal docente e não docente no colégio, assim como a gestão de pessoal. Deve também promover a qualificação profissional e educativa do pessoal docente e não docente, promover as relações com outras instituições e estabelecer com elas convívios de colaboração, responder pela correta aplicação dos subsídios, créditos e outros apoios concedidos, prestar ao Ministério da Educação e Ciência as informações que este, nos termos da lei, solicitar e cumprir as demais obrigações impostas por lei.

Nomeado pela Entidade Titular, depois do parecer do Conselho de Gerência, o Diretor Pedagógico é um órgão de direção do colégio. Cabe ao Diretor Pedagógico dirigir e coordenar a ação educativa global do colégio, bem como propor e aprovar as medidas e resoluções adequadas à sua eficaz gestão pedagógica e à qualidade do ensino.

No colégio existe uma Diretora Pedagógica da Secção Pré-Escolar e um Diretor Pedagógico para o 1º, 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e para o Ensino Secundário.

Relativamente ao Conselho Pedagógico, este é o órgão pedagógico executivo do colégio e é presidido pelo Diretor Pedagógico, dependendo diretamente do mesmo. É composto pelo Diretor Pedagógico, pela Diretora da Secção Pré-escolar, pelos Coordenadores dos Departamentos do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário e, caso o conselho verifique necessidade manifesta, docentes do 1º Ciclo com assento no Conselho de Docentes, o representante das Estruturas de Orientação e Apoio Educativo, o Chefe de Disciplina e um representante da Associação de Pais.

As competências do Conselho Pedagógico são as seguintes:

- Colaborar com o Diretor Pedagógico na elaboração do PE;
- Aprovar o PE em consonância com o Diretor Pedagógico;

- Discutir e aprovar o RI do colégio em consonância com o Diretor Pedagógico, excetuando qualquer matéria de natureza financeira e administrativa que derive das competências do Conselho de Gerência;
- Definir e aprovar os critérios de avaliação;
- Propor ao Diretor Pedagógico ações de formação de professores;
- Elaborar propostas de reformulação curricular no âmbito do paralelismo pedagógico;
- Colaborar com a equipa diretiva na elaboração do plano anual de atividades;
- Propor ao Diretor Pedagógico a aquisição de equipamento e materiais didáticos tendo em vista a inovação e a qualidade do processo ensino/aprendizagem;
- Discutir elementos de avaliação do pessoal docente;
- Analisar e aprovar elementos de avaliação em relação aos quais o Conselho Pedagógico exerce a sua competência;
- Reunir uma vez por mês e quando manifestamente necessário;
- Decidir na adequação do currículo nacional à realidade do colégio.

Com vista ao desenvolvimento do PE do colégio e no sentido de assegurar o acompanhamento eficaz do percurso escolar dos alunos, na perspetiva da promoção da qualidade educativa, são criadas as seguintes estruturas que colaboram com o Diretor Pedagógico:

- Departamentos Curriculares;
- Coordenador do Departamento Curricular;
- Professor Titular/ Diretor de Turma;
- Conselho de Docentes (da Pré- Escola e do 1º Ciclo do Ensino Básico);
- Conselho de Diretores de Turma;
- Conselhos de Turma (dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário).

Estas estruturas visam o reforço da articulação curricular na aplicação dos planos de estudo definidos a nível nacional, o desenvolvimento de componentes curriculares por iniciativa do colégio, a coordenação pedagógica, a organização, o acompanhamento e a avaliação das atividades de ano, ciclo, curso, turma ou grupo de alunos.

Na Pré-escola e no 1º Ciclo do Ensino Básico, a articulação curricular é assegurada pelas reuniões dos docentes que lecionam o mesmo ano (ou faixa etária) e pelas

reuniões do Conselho de Docentes. Nos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e no Ensino Secundário, a articulação curricular é assegurada pelos Departamentos Curriculares, que integram agrupamentos de disciplinas e aos quais pertencem docentes de diversos grupos disciplinares.

Os Departamentos Curriculares são a estrutura educativa responsável por reforçar a articulação curricular na aplicação dos planos de estudo definidos a nível nacional, bem como o desenvolvimento de componentes curriculares por iniciativa interna, sendo constituídos por todos os docentes que lecionam as disciplinas e áreas disciplinares que os integram. Colaboram, ainda, na coordenação da pedagogia, na organização, no acompanhamento e na avaliação das atividades de ano, ciclo, curso, turma ou grupo de alunos.

O CMB tem sete Departamentos Curriculares, que reúnem ordinariamente duas vezes por período e extraordinariamente sempre que se justifique. No Quadro 1 são apresentados os diferentes Departamentos Curriculares, compostos internamente por professores dos seguintes grupos disciplinares, que lecionam as disciplinas abaixo discriminadas.

Departamento Curricular	Grupos Disciplinares	Disciplinas
Matemática	500 230	<ul style="list-style-type: none"> • Matemática • Matemática A • Matemática aplicada às Ciências Sociais
Ciências Naturais e Físico-Químicas	230 510 520 500	<ul style="list-style-type: none"> • Físico-Química • Física • Física e Química A • Química • Ciências Naturais • Biologia • Biologia e Geologia A • Geologia
Artes e Tecnologias	530 600 250 240 550	<ul style="list-style-type: none"> • Educação Visual • Educação Tecnológica • Geometria Descritiva A • Oficinas de Artes • Materiais e Tecnologias • Desenho A • Educação Musical • Expressão Artística • Educação Tecnológica • Tecnologias de Informação e Comunicação

Ciências Humanas	430 420 290 400 420 200	<ul style="list-style-type: none"> • Economia A e C • Direito • Filosofia • Psicologia • Educação Moral e Religiosa Católica • História • História A • História e Geografia de Portugal • Geografia • Geografia A • Geografia C
Língua Portuguesa	300 310 200	<ul style="list-style-type: none"> • Português • Latim • Literatura Portuguesa
Línguas Estrangeiras	330 320 210	<ul style="list-style-type: none"> • Francês • Inglês • Espanhol
Educação Física	620	<ul style="list-style-type: none"> • Expressão Físico Motora • Educação Física

Quadro 1- Departamentos Curriculares.

As competências dos diferentes Departamentos Curriculares passam por coordenar as atividades pedagógicas a desenvolver pelos professores do departamento, no domínio da implementação dos planos curriculares nas suas componentes disciplinares, bem como de outras atividades educativas constantes do plano aprovado pelo Diretor Pedagógico.

Além disso, devem ainda procurar desenvolver e apoiar projetos educativos de âmbito local e regional, numa perspetiva de investigação/ação, de acordo com os recursos do colégio ou através da colaboração com outras escolas e entidades, e colaborar com o Diretor Pedagógico na conceção de programas e na apreciação de projetos. Os Departamentos Curriculares são também os responsáveis por colaborar na elaboração de provas aferidas, no quadro do sistema de avaliação dos alunos, por planificar as atividades letivas curriculares e não curriculares, por definir critérios e parâmetros de avaliação e por analisar as políticas educativas, refletindo sobre as práticas implementadas. Estes devem procurar promover a interdisciplinaridade e permitir aos professores a partilha de experiências e recursos de formação.

Todos os Departamentos Curriculares são coordenados por um Coordenador do Departamento Curricular, que é um professor profissionalizado e efetivo, em exclusividade no colégio, eleito entre os professores que integram o mesmo Departamento Curricular e/ou nomeado pelo Diretor Pedagógico, por dois mandatos de

três anos, no máximo, considerando a sua competência pedagógica e científica, bem como a sua capacidade de relacionamento e liderança. O Coordenador de Departamento Curricular é responsável por promover a troca de experiências e a cooperação entre os professores do respetivo departamento, assegurar a articulação entre o departamento e a Direção Pedagógica (nomeadamente na análise e desenvolvimento de medidas de orientação pedagógica), promover a articulação entre a formação inicial e a formação contínua dos professores do departamento, colaborar com a Direção Pedagógica na identificação das necessidades de formação dos professores do departamento (dando a conhecer as ações de formação com vista à atualização pedagógica e científica dos docentes), bem como promover a planificação e avaliação das atividades do departamento e propor ao Diretor Pedagógico o desenvolvimento de componentes curriculares e a adoção de medidas destinadas à melhoria das aprendizagens.

Outra das estruturas de orientação curricular e de articulação pedagógica é o Conselho de Diretores de Turma, constituído por todos os Diretores de Turma do Ensino Básico e Secundário e presidido pelo Diretor Pedagógico, reunindo ordinariamente uma vez por período letivo e extraordinariamente sempre que convocado pelo Diretor Pedagógico. As competências do Conselho de Diretores de Turma passam por colaborar com o Diretor Pedagógico na elaboração de estratégias pedagógicas destinadas aos alunos de cada ciclo, assegurar a articulação das atividades das turmas de cada ciclo e definir critérios idênticos de avaliação para os alunos do mesmo ano do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário.

Relativamente aos Diretores de Turma (2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário) e aos Professores Titulares (Pré-escola e 1º Ciclo do Ensino Básico), estes são designados pelo Diretor Pedagógico no início do ano letivo e são os responsáveis por assegurar a articulação das atividades da turma, sendo o principal elo de ligação e comunicação entre o colégio e os Encarregados de Educação.

Presidido pelo Diretor de Turma, o Conselho de Turma é constituído pelos professores da turma das áreas curriculares disciplinares e não disciplinares, cabendo-lhe decidir sobre todas as questões relacionadas com os alunos da turma.

5 CARACTERIZAÇÃO FÍSICA E INSTALAÇÕES

Com uma área total de cerca de seis hectares, o CMB é constituído por várias quintas: a quinta dos Azulejos, a quinta de Santo António, a quinta do Paço e o Pavilhão “Casa – Mãe”, com os respetivos recreios e zonas verdes envolventes.

De forma a facilitar o funcionamento, cada um desses espaços destina-se a um sector específico. Assim, na quinta do Paço funciona a Pré-escola, nas quintas dos Azulejos e de Santo António funcionam o 1º, 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e no Pavilhão “Casa – Mãe” funciona o Ensino Secundário.

No Anexo 2 são apresentadas as infraestruturas existentes em cada um desses espaços e no Anexo 3 é apresentada uma representação gráfica das instalações do colégio.



Figura 4 - Imagem da fachada principal do colégio.



Figura 5 - Imagem do recreio da Pré-escola.



Figura 6 - Imagem de um refeitório.



Figura 7 - Imagem de uma sala de aula.

Sendo o colégio uma instituição antiga, as instalações são um aspeto característico que em muito reflete a sua história, mantendo-se a tipologia arquitetónica original na maior parte dos edifícios e espaços que o constituem, acabando estes por ser um reflexo das

suas tradições e trajeto. No entanto, embora ao longo dos anos tenham vindo a ser realizadas algumas remodelações, uma vez que o Jardim dos Azulejos é considerado Património Nacional, tem existido por parte da Câmara Municipal de Lisboa alguns entraves a reformas que seriam desejáveis em algumas infraestruturas.

Na minha opinião, de uma maneira geral, as instalações são dos aspetos que mais prejudicam o funcionamento do colégio, existindo alguns condicionalismos que, claramente, poderiam ser ultrapassados com a realização de melhorias a este nível.

De todos, sem dúvida, os refeitórios são um dos setores que mais condiciona esse funcionamento, nomeadamente ao nível da definição das manchas horárias dos diferentes ciclos de ensino e da construção dos respetivos horários. Isto porque os espaços destinados aos refeitórios são diversos mas pequenos e implicam dinâmicas de organização muito demoradas, que faz com que os tempos necessários para almoços e lanches de cada ciclo sejam muito prolongados. Penso que este aspeto poderia ser resolvido, criando um refeitório único, de grandes dimensões, que funcionasse em regime *self service*, fazendo fluir os alunos mais rapidamente deste espaço.

No meu entender, outro aspeto que deveria ser considerado é a construção de um auditório e de uma sala de convívio para alunos. Isto porque não existe nenhum espaço suficientemente grande, para além do ginásio, que permita a realização de atividades e eventos, sem colocar em causa o funcionamento das aulas de EF. Assim, sempre que existe a necessidade de realizar alguma atividade que implique a utilização de um espaço com essas características, como sejam por exemplo palestras ou exposições, o ginásio tem que ser cedido durante esses períodos e as aulas de EF ficam limitadas apenas aos espaços exteriores.

As instalações destinadas à Pré-escola, por sua vez, têm vindo a sofrer muitas melhorias ao longo dos anos, sendo atualmente um dos pontos fortes do colégio. Assim, para este nível de ensino, as instalações são muito boas, servindo como uma porta de entrada de alunos, que depois acabam por se manter no colégio no restante percurso escolar.

No que diz respeito aos espaços desportivos existentes no colégio e destinados à lecionação da disciplina de EF, recentemente também sofreram alterações todos os campos desportivos exteriores e o ginásio existente na Pré-escola. Embora esta realidade não tenha resolvido todos os problemas da lecionação da disciplina, pois o número de espaços interiores existente continua a ser considerado insuficiente face ao

número de turmas existentes, melhorou muito a qualidade dessa leção, as possibilidades de prática e as opções adotadas quer pelo departamento de EF, quer pelo professor nas suas aulas.

6 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E OFERTA EDUCATIVA

No quadro do desenvolvimento da autonomia das escolas, cabe à Escola a conceção de estratégias de desenvolvimento do Currículo Nacional, por forma a adequá-lo ao seu contexto próprio, de que resulta o Projeto Curricular de Escola (PCE), concebido, aprovado e avaliado pelos respetivos órgãos de administração e gestão já referidos anteriormente.

O PCE visa enunciar o conjunto de propostas que procuram reforçar os aspetos positivos e solucionar todos os domínios que se apresentam carenciados ao nível do processo de ensino-aprendizagem.

Por sua vez, a articulação entre Currículo Nacional, Projeto Educativo de Escola, PCE e Projeto(s) Curricular(es) de Turma permite, em função dos ritmos escolares, cumprir o verdadeiro sentido de um currículo, que se pretende flexível e adaptado, garantindo uma identidade própria da comunidade escolar. Considerando essa articulação e indo ao encontro daquilo que procura ser a sua identidade, de seguida serão apresentadas as opções curriculares existentes no CMB.

6.1 Planos Curriculares

No que diz respeito à distribuição horária das aulas, o colégio optou por quatro matrizes horárias: uma para o Ensino Pré-escolar, outra para o 1º Ciclo do Ensino Básico, uma terceira para o 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e outra para o Ensino Secundário. Tal decisão prende-se, por um lado, com a gestão dos diferentes espaços do colégio e pela adaptação da carga letiva para cada ciclo de ensino. Para além disso, tomou-se em consideração a gestão dos refeitórios.

Nos Quadros 2 e 3 são apresentadas as respetivas manchas horárias, para os diferentes ciclos de ensino.

Pré-escola		1º Ciclo do Ensino Básico
3/4 anos	5 anos	9.00 – 10.30
10.00 – 11.20	10.00 – 11.00	<i>Intervalo</i>
<i>Almoço</i>	<i>Intervalo</i>	10.50-13.15
14.30 – 15.40	11.15 – 12.20	<i>Almoço</i>
<i>Lanche</i>	<i>Almoço</i>	14.40 – 16.00
16.00 – 16.30	14.30 – 16.00	<i>Lanche</i>
	<i>Lanche</i>	16.30 – 17.30 (estudo)

Quadro 2 - Manchas horárias da Pré-escola e do 1º Ciclo do Ensino Básico.

2º e 3º Ciclos do Ensino Básico	Ensino Secundário
8.00 – 8.45	8.00 – 8.45
8.45 – 9.30	8.45 – 9.30
9.50 – 10.35	9.50 – 10.35
10.35 – 11.20	10.35 – 11.20
11.30 – 12.15	11.30 – 12.15
<i>Almoço</i>	12.15 – 13.00
13.45 – 14.30	<i>Almoço</i>
14.30 – 15.15	14.30 – 16.00
<i>Lanche</i>	16.00 – 16.45
15.40 – 16.25	

Quadro 3 - Manchas horárias do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário.

De acordo com os Quadros apresentados, como podemos verificar, no 1º Ciclo do Ensino Básico, o colégio funciona em regime de horário alargado e no que concerne os alunos do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico, a carga horária letiva encontra-se distribuída pelos dois períodos do dia. Quanto ao Ensino Secundário, as aulas são concentradas no período da manhã, de modo a libertar o maior número de horas no período da tarde. Deste modo, os alunos podem aproveitar as restantes horas desse período para estudar, consolidar matérias, realizar trabalhos individuais e de grupo e frequentar atividades extraescolares, conforme solicitação dos mesmos e dos seus Encarregados de Educação.

Quanto às opções curriculares do CMB, no Anexo 4 são apresentados os Planos Curriculares previstos, para os diferentes ciclos de ensino.

Como podemos observar da análise geral dos Planos Curriculares, a oferta educativa no colégio, ao longo dos diferentes ciclos, vai ao encontro daquelas que são as orientações do Ministério da Educação.

Relativamente ao Ensino Secundário, com base em sondagens de opinião realizadas, todos os anos, aos alunos dos 9º e 11º anos, de modo a tecer conclusões quanto a tendências de escolha das opções para o novo desenho curricular do Ensino Secundário, conclui-se que seria mais vantajoso para os alunos abrir quatro hipóteses de percurso escolar, nomeadamente:

- No Curso de Ciências e Tecnologias, apresentam-se dois caminhos possíveis: no 10º ano, os alunos optam por iniciar duas disciplinas bienais de formação específica (Físico-Química A e Biologia e Geologia ou Geometria Descritiva A);
- No Curso de Ciências Socioeconómicas, no 10º ano, os alunos iniciam duas disciplinas bienais de formação específica (Economia A e Geografia A);
- No Curso de Línguas e Humanidades, no 10º ano, os alunos iniciam duas disciplinas bienais (Geografia A e Matemática Aplicada às Ciências Sociais ou Língua Estrangeira II (Francês, nível IV);
- No Curso de Artes Visuais, os alunos iniciam as disciplinas bienais de Geometria Descritiva e História das Artes (10º e 11º anos), com a trienal de Desenho A. No 12º ano, os alunos prosseguem com as disciplinas anuais de Oficina de Artes e Materiais e Tecnologias.

O colégio permite, ainda, que os alunos optem pela língua estrangeira da formação geral (Inglês, nível VI/ Francês).

No que diz respeito ao 10º e 11º anos, as aulas estão organizadas em blocos de 90 minutos, havendo lugar a desdobramentos das turmas (caso o número de alunos ultrapasse o limite mínimo imposto por Lei) nos casos das disciplinas de Biologia e Geologia e Físico-Química A. Neste caso, um dos blocos funciona em regime de desdobramento para permitir a realização de trabalho em espaço de laboratório e o desenvolvimento de atividades experimentais.

Nas turmas de 12º ano, há lugar a desdobramento de horário consoante as opções das disciplinas de formação específica feitas pelos alunos, nomeadamente:

- Curso de Ciências e Tecnologias – Biologia, Física, Química, Geologia, Psicologia B ou Aplicações Informáticas;
- Curso de Ciências Socioeconómicas – Introdução ao Direito, Psicologia B, Geografia C, Economia C ou Inglês;
- Curso de Línguas e Humanidades – Inglês, Psicologia B, Direito, Francês, Filosofia A ou Geografia C;
- Curso de Artes Visuais – Oficina de Artes, Materiais e Tecnologias e Aplicações Informáticas B.

Uma vez que o colégio tem como missão educativa a educação fundamentada nos princípios cristãos defendidos pela Igreja Católica, a frequência da disciplina de Educação Moral Religiosa Católica é obrigatória para todos os alunos do 1º ano do Ensino Básico ao 12º ano do Ensino Secundário. Procura-se, deste modo, favorecer o crescimento e o amadurecimento integral do aluno dentro de uma visão cristã da vida e da cultura, de acordo com o PE herdado do fundador do colégio.

Na sua oferta curricular, o CMB inclui atividades de enriquecimento curricular, de carácter obrigatório, em todos os níveis do Ensino Básico. Assim, no 1º Ciclo, são atividades obrigatórias:

- Inglês – com dois tempos de 45 minutos por semana, no 1º e 2º anos, procura-se sensibilizar os alunos para a aprendizagem de uma língua estrangeira, iniciando-os à língua inglesa e motivando-os através de atividades lúdico-pedagógicas; nos 3º e 4º anos, a carga letiva semanal é de três tempos de 45 minutos;
- Educação Musical – da Pré-Escola ao 4º ano, com uma carga horária de dois tempos de 30 minutos e um tempo de 45 minutos por semana, respetivamente. Tem como principal objetivo desenvolver as capacidades expressivas e criativas, através de um domínio progressivo das potencialidades do corpo e da voz e de um enriquecimento das vivências sonoro-musicais do aluno. Por conseguinte, realizam-se atividades lúdicas enriquecedoras que pretendam desenvolver atitudes de autoestima e de autoconfiança no apreço pela sua identidade e, simultaneamente, capacidades de observação e descoberta. As atividades atrás referidas exploram o movimento como forma de desenvolvimento de potencialidades musicais, através do contacto com o património musical nacional e/ou regional. Para tal,

recorre-se ao canto como base de expressão/educação musical e fonte de satisfação e bem-estar, bem como à utilização de diferentes instrumentos como complemento enriquecedor das experiências dos alunos;

- Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) – num tempo de 45 minutos semanais, promove-se a utilização das TIC junto das turmas de 3º e 4º anos. A abordagem a esta área passa, sobretudo, por habituar os alunos a utilizar ferramentas básicas dos computadores e do Windows (utilização do teclado, do rato, de programas básicos como o Paint,...) e fomentar o gosto pela descoberta das novas tecnologias.

A atividade de enriquecimento curricular de TIC tem também uma continuidade no 2º Ciclo do Ensino Básico e no 9º ano de escolaridade, com um tempo de 45 minutos semanais.

Considero que estas atividades, sendo uma oferta curricular do colégio, funcionam como mais valias, quer no enriquecimento dos alunos face às necessidades da sociedade atual, na qual o domínio de línguas estrangeiras e das novas tecnologias é uma realidade, quer na promoção do colégio quando analisadas pelos Encarregados de Educação as vantagens proporcionadas pela instituição.

6.2 Atividades Extracurriculares

De caráter facultativo, as atividades extracurriculares do colégio acontecem, geralmente, uma ou duas vezes por semana e estão organizadas de forma diferente consoante o nível de ensino. Assim, no Ensino Pré-escolar, estas atividades têm lugar no turno da tarde, no 1º Ciclo do Ensino Básico, antes ou depois do horário curricular das turmas ou no intervalo destinado para a hora de almoço e nos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e no Ensino Secundário, no horário de almoço. Tratam-se de atividades pagas, que incidem sobre os domínios desportivo, artístico e científico, nomeadamente:

- Ballet (Pré-escola e 1º Ciclo do Ensino Básico);
- Judo (Pré-escola, 1º, 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário);
- Natação (Pré-escola (alunos de 5 anos) e 1º Ciclo do Ensino Básico);
- Iniciação ao Ténis (1º, 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário);

- Danças Latino-Americanas (1º, 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário);
- Ciência Divertida (Pré-Escola e 2º Ciclo do Ensino Básico);
- Flauta (2º e 3º Ciclos do Ensino Básico);
- Viola (2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário);
- “*BrainTraining*” (Pré-Escola).

O colégio proporciona ainda atividades extracurriculares de verão, que têm lugar nos meses de junho (após o termo do ano letivo) e julho. Estas atividades destinam-se apenas a alunos do colégio, da pré-escola e dos 1º, 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico, e são as seguintes:

- Estágio de Judo;
- Workshop de Dança;
- Clínica de Ténis;
- Praia;
- Danças Latinas;
- Workshop Musical;
- Futebol de Férias (1º e 2º Ciclos do Ensino Básico);
- Curso de Culinária;
- Piscina;
- TIC@Férias;
- Ciência Divertida (1º Ciclo do Ensino Básico);
- Férias Desportivas (Pré-escola).

Embora exista um leque variado de opções de atividades extracurriculares, inclusive com protocolos estabelecidos entre o colégio e, por exemplo, clubes desportivos, no sentido de aumentar esse leque, considero que num universo com as proporções do CMB, esta oferta poderia ser maior, mais diversificada e poderiam ser utilizados os próprios recursos já existentes no colégio para esse efeito. No entanto, toda a estrutura que se encontra montada há já muito tempo acaba por ter algumas reticências à inovação e mudança, pelas incertezas que lhe são inerentes. Por exemplo, o departamento de EF, face às necessidades dos Encarregados de Educação em manter os seus educandos no colégio durante os períodos de férias e verificando que muitos optavam por ir frequentar atividades noutros locais, apresentou um projeto de férias desportivas que funcionava

como uma excelente medida para manter os alunos no colégio durante esse período, aliviando os respectivos Encarregados de Educação dessa preocupação e indo ao encontro de uma necessidade que era real e concreta. Este projeto seguiu para a frente apenas para os alunos da Pré-escola, funcionando à quatro anos, com a adesão de um número significativo de alunos, com sucesso e um bom feedback por parte dos Encarregados de Educação. No entanto, até à data, a sua aplicação para alunos de outras faixas etárias continua a não ser considerado pelas entidades responsáveis, porque é encarado como concorrência às atividades já existentes, em vez de ser encarado como mais uma opção para alunos e Encarregados de Educação, permitindo ir ao encontro de mais e diferentes alunos, para além daqueles que já aderem às atividades existentes.

6.3 Desporto Escolar

Da responsabilidade do departamento de EF do colégio, as atividades de Desporto Escolar (DE) possibilitam aos alunos dos 1º, 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário a oportunidade de praticarem diferentes modalidades desportivas, gratuitamente. A maior parte destas atividades decorrem das 13h00 às 13h45 (2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário) e das 13h45 às 14h30 (1º Ciclo do Ensino Básico), e são orientadas por professores de EF do colégio, integrando as seguintes modalidades:

- Trampolins;
- Ginástica Acrobática;
- Basquetebol feminino;
- Torneios Interturmas de Futebol;
- Torneios Interturmas de Basquetebol;
- Corta Mato CMB (esta atividade decorre apenas numa manhã, no final do 1º período).

As atividades de DE têm como objetivos proporcionar aos alunos a possibilidade de experimentar, aprofundar o seu conhecimento e melhorar o nível técnico nas modalidades abrangidas, bem como promover a participação regular num conjunto diversificado de atividades desportivas, fomentando o espírito de equipa, a camaradagem e o convívio entre os alunos.

Reconheço que o leque de oferta a este nível poderia ser maior, mas os recursos disponíveis, humanos, temporais e espaciais, não permitem essa possibilidade, uma vez que todos os professores disponíveis para lecionar estas atividades já são responsáveis por pelo menos uma delas, e durante os períodos de funcionamento do colégio os espaços e horários já se encontram ocupados com a lecionação das aulas de EF e com as atividades já existentes. Para incluir outras, a única opção possível teria que considerar um horário pós escolar.

6.4 Alunos com Necessidades Educativas Especiais

Em conformidade com o Decreto-Lei n.º3/2008, o colégio integra alunos com necessidades educativas especiais e, para o seu acompanhamento, possui um Gabinete Técnico de Psicologia e Orientação Escolar e uma docente qualificada na área do Ensino Especial (grupo 900), que acompanha os alunos de todos os ciclos, com particular incidência no 1º e 2º Ciclos do Ensino Básico.

O sucesso educativo dos alunos com necessidades educativas especiais assenta, portanto, na adoção de medidas diferenciadas que levam em consideração a especificidade de cada caso. Deste modo, depois de um processo de avaliação que permite detetar essas mesmas dificuldades, é elaborado um Programa Educativo Individual, no qual são referenciados não só os aspetos que possam estar a contribuir para a manutenção de uma situação de insucesso educativo, como também e principalmente, as adaptações a fazer ao regime educativo comum que permitam que os objetivos da educação sejam alcançados.

O trabalho que é desenvolvido com estes alunos é muito positivo, permitindo um ensino inclusivo. No entanto, para as reais necessidades a este nível, a existência de apenas um psicólogo no colégio e uma docente qualificada nesta área condiciona o desenvolvimento do trabalho com os alunos que precisam de um acompanhamento efetivo, estando certa que este poderia ser ainda melhor com a inclusão de mais um ou dois profissionais para esse efeito.

6.5 Apoios e Complementos Educativos

Para os alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, o estudo letivo é um espaço diário de trabalho, entre as 16h30 e as 17h30. Devidamente acompanhados por uma vigilante, os alunos realizam os trabalhos propostos pelos professores titulares da sua turma ou estudam os conteúdos aprendidos nesse dia.

No sentido de harmonizar a hora de saídas dos alunos do 2º Ciclo do Ensino Básico (16h30), o colégio oferece também um tempo de estudo letivo obrigatório. Este estudo consiste no acompanhamento dos alunos, na sua sala de aula, por um professor, proporcionando as condições necessárias (calma e organização) para que estes realizem os trabalhos escolares e possam também estudar.

A sala de estudo é um espaço privilegiado de estudo pessoal, facultativo, para os alunos do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário. Os alunos são acompanhados por professores que, coordenados por um professor do quadro do colégio (o Diretor de Estudos), esclarecem as dúvidas da sua área disciplinar aquando da realização das tarefas escolares por parte dos alunos, orientando-os na aquisição de hábitos de trabalho e métodos de estudo.

Além disso, sempre que, nas salas de estudo, o aluno mostrar que, pelos seus próprios meios, não consegue compreender nem realizar as tarefas escolares solicitadas para cada área disciplinar, o professor pedirá o auxílio dos outros professores que também estão a assegurar as salas de estudo e que pertençam à(s) área(s) disciplinar(es) em que o aluno manifestou essas dúvidas de modo a colmatar tais lacunas.

7 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO ESCOLAR – ALUNOS

No ano letivo de 2011-2012, a população escolar do CMB era constituída por 1428 alunos, distribuídos desde o Ensino Pré-escolar até ao Ensino Secundário.

Na Pré-escola os alunos encontram-se distribuídos por 12 turmas (4 turmas de cada ano), no 1º Ciclo do Ensino Básico por 25 turmas (5 turmas de cada ano de escolaridade), no 2º Ciclo do Ensino Básico por 10 turmas (5 turmas de cada ano de escolaridade), no 3º Ciclo do Ensino Básico por 15 turmas (5 turmas de cada ano de

escolaridade e no Ensino Secundário por 15 turmas (5 turmas de cada ano de escolaridade).

No Gráfico 1, podemos observar a distribuição do número de alunos pelos diferentes ciclos de ensino.

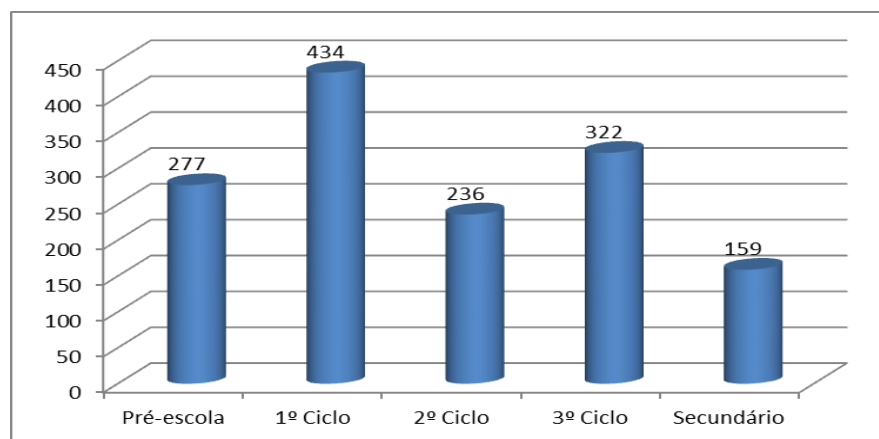


Gráfico 1 - Número de alunos por Ciclos de Ensino.

Da análise do Gráfico 1, podemos verificar que existiam 277 alunos na Pré-escola, 434 no 1º Ciclo do Ensino Básico, 236 no 2º Ciclo do Ensino Básico, 322 no 3º Ciclo do Ensino Básico e 159 no Ensino Secundário. Desta forma, 19% dos alunos do colégio estavam a frequentar o Ensino Pré-escolar, 30% o 1º Ciclo do Ensino Básico, 17% o 2º Ciclo do Ensino Básico, 23% o 3º Ciclo do Ensino Básico e 11% o Ensino Secundário.

Esta distribuição é uma constante todos os anos, constatando-se que existe um grande decréscimo do número de alunos na transição para o Ensino Secundário, que se prende essencialmente com as opções de estudos possíveis no colégio e com a exigência aí assumida que levam muitos alunos, tendo em conta as médias de entrada no Ensino Superior, a optar por realizar este nível de ensino noutras escolas.

Com o intuito de conhecer melhor a população estudantil, no início do ano, são aplicados e analisados inquéritos aos alunos, pelos respetivos Diretores de Turma, no sentido de caracterizar pormenorizadamente as diferentes turmas. Com base nessa análise, verifica-se que uma pequena minoria dos alunos é constituída por filhos de antigos alunos e de funcionários da instituição e que muitos têm irmãos também a frequentar o colégio.

Tendo consciência que o contexto socioeconómico dos alunos do colégio é médio/alto, esse aspeto pode ser confirmado com a análise das profissões dos Encarregados de Educação, verificando-se que a grande maioria faz parte de quadros superiores de

empresas e multinacionais, uma percentagem mais reduzida dos quadros médios e uma pequena minoria é constituída por empresários, comerciantes e militares.

Relativamente aos seus locais de residência, verifica-se que a percentagem de alunos que mora fora de Lisboa é praticamente igual à percentagem de alunos que habita no Lumiar. Assim, quando analisadas as residências dos alunos do colégio verificamos que cerca de 50% vive perto do colégio, sendo que a outra metade vive fora de Lisboa, pelo que podemos assumir que para além da localização propriamente dita, existem outros fatores que levam os Encarregados de Educação a optar pelo colégio (ex.: cariz católico, filosofia, qualidade de ensino, disciplina).

No que diz respeito ao sucesso escolar dos alunos, no ano letivo 2010-2011 verificou-se que os resultados foram bastante satisfatórios, uma vez que a percentagem de alunos que transitou de ano ou que obteve aprovação foi bastante elevada.

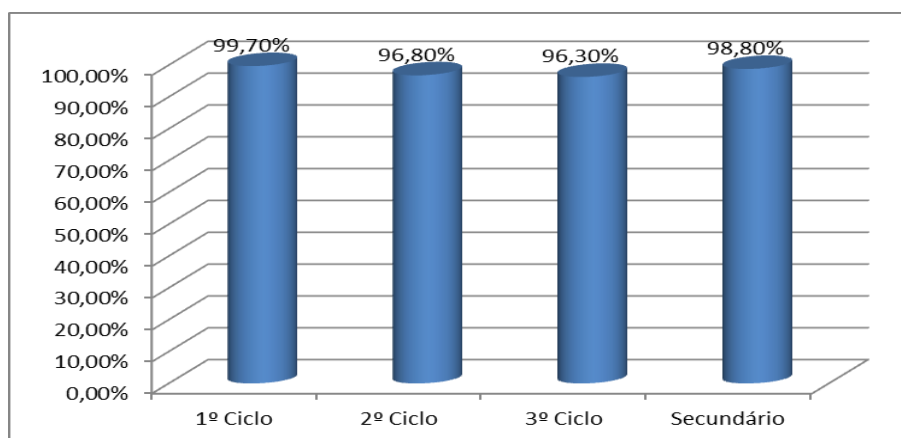


Gráfico 2 - Sucesso escolar (percentagem de alunos aprovados por Ciclos de Ensino).

Analisando o Gráfico 2, podemos observar que no 1º Ciclo do Ensino Básico, a percentagem de alunos aprovados foi de 99,7%, no 2º Ciclo do Ensino Básico foi de 96,8%, no 3º Ciclo do Ensino Básico foi de 96,3% e no Ensino Secundário foi de 98,8%, o que se traduz, em termos globais, num sucesso escolar de 98,1%.

Neste mesmo ano, 275 alunos foram distinguidos com o Quadro de Honra, aspeto que também é um indicador do sucesso escolar dos alunos. Importa referir que, segundo o RI do colégio, o Quadro de Honra tem o objetivo de promover níveis de excelência no desenvolvimento e aproveitamento dos alunos, distinguindo aqueles que realizaram um trabalho meritório, assentando a atribuição desta distinção no mérito dos alunos, reconhecendo os que revelam ótimos resultados escolares. Assim, no que diz respeito ao

1º Ciclo do Ensino Básico, o Quadro de Honra é atribuído no final do Ciclo para os alunos que terminarem o 4º ano de escolaridade com uma avaliação final de Satisfaz Muito Bem (nível 5), com carácter obrigatório às áreas de Português, Matemática e Estudo do Meio, sem nenhuma menção inferior a Satisfaz Bem em todas as outras áreas, sem apresentar problemas graves de assiduidade e pontualidade e obtendo pelo menos menção de Elevado pelo corpo disciplinar, ratificada pelo Conselho de Docentes.

Relativamente ao 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico, os alunos são distinguidos no final de cada ano letivo, atendendo às avaliações finais do terceiro período, tendo a média aritmética das avaliações do aluno ser no mínimo de 4,0 (sem arredondamentos), exceção feita às disciplinas de Português e Matemática, que têm carácter obrigatório, não apresentando qualquer nível inferior a três e/ou Não Satisfaz. Os alunos não podem ainda apresentar problemas graves de assiduidade e pontualidade, nem terem sido objeto de qualquer procedimento disciplinar no próprio ano, grave ou muito grave, tendo a menção atribuída pelo corpo disciplinar ser de Elevado, ratificado pelo Conselho de Turma.

Por sua vez, no Ensino Secundário, são distinguidos com Quadro de Honra os alunos cujas classificações obtidas no final do terceiro período resultem numa média aritmética de 16,0 valores, não tendo qualquer classificação inferior a 15, sem ter qualquer disciplina em atraso, nem apresentar problemas graves de assiduidade e pontualidade ou ter sido objeto de qualquer procedimento disciplinar no próprio ano, grave ou muito grave.

No Gráfico 3, podemos observar a distribuição dos alunos distinguidos com Quadro de Honra no ano letivo de 2011-2012, pelos diferentes ciclos de ensino.

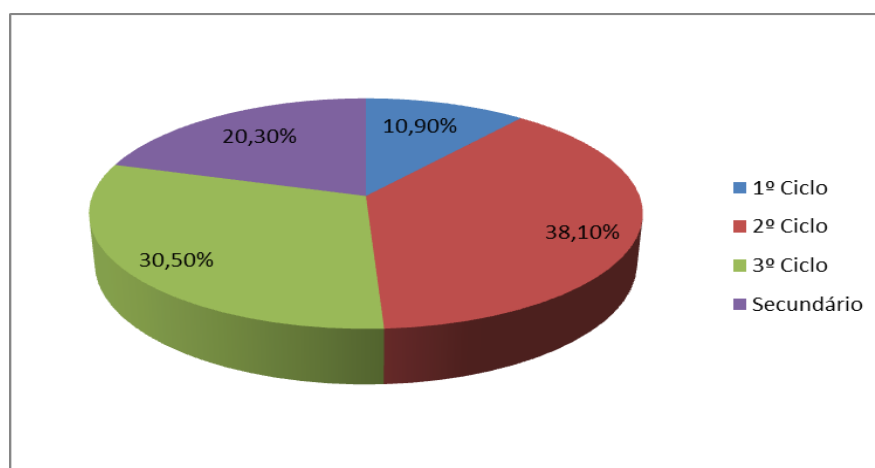


Gráfico 3 - Distribuição dos alunos distinguidos com Quadro de Honra.

Como podemos observar, 10,9% dos alunos distinguidos com Quadro de Honra eram do quarto ano do 1º Ciclo do Ensino Básico (30 alunos), 38,1% do 2º Ciclo do Ensino Básico (105 alunos), 30,5% do 3º Ciclo do Ensino Básico (84 alunos) e 20,3% do Ensino Secundário (56 alunos).

Um outro indicador do sucesso escolar dos alunos passa pela entrada dos alunos do colégio no Ensino Superior, sendo colocados nas suas primeiras opções de cursos. Desta forma, nesse mesmo ano, dos alunos que terminaram o 12º ano e fizeram a sua candidatura ao Ensino Superior, 83% foram colocados na primeira fase do Concurso Nacional de Acesso e desses, 43% ficaram colocados na primeira opção de curso.

O Gráfico 4 apresenta as escolhas profissionais dos alunos que foram colocados no Ensino Superior, no final desse ano.

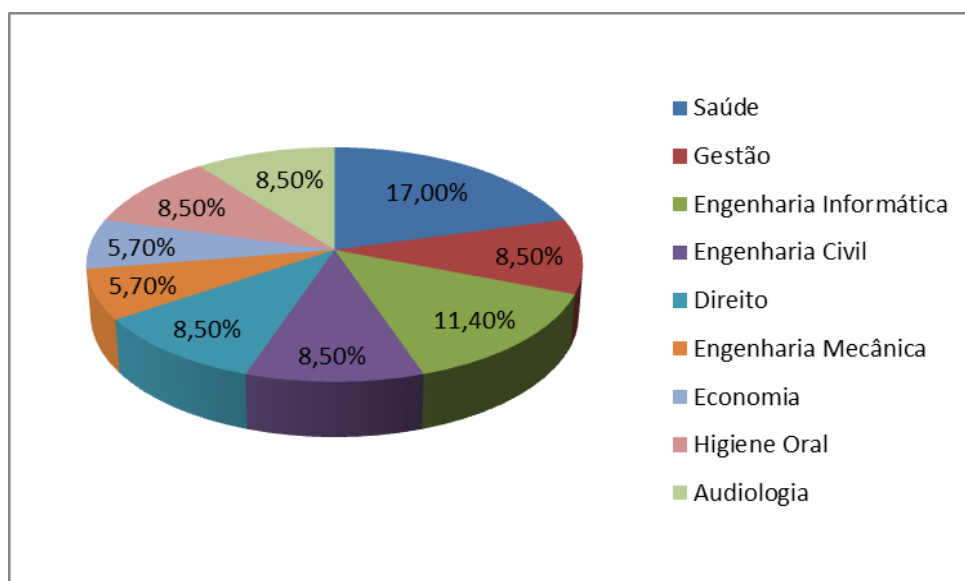


Gráfico 4 - Escolhas profissionais dos alunos.

Como podemos verificar, dos alunos colocados no Ensino Superior, 17% foram colocados em estabelecimentos na área da Saúde, 8,5% na área de Gestão, 11,4% na área de Engenharia Informática, 8,5% em Engenharia Civil, 8,5% em Direito, 5,7% em Engenharia Mecânica, 5,7% em Economia e 8,5% em Higiene Oral e Audiologia.

8 CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS – PESSOAL DOCENTE E AUXILIARES DE AÇÃO EDUCATIVA

No processo de ensino-aprendizagem podem distinguir-se dois grupos de agentes fundamentais: os docentes e os auxiliares da ação educativa (prefeitos, vigilantes e regentes de estudo).

No CMB, estes agentes distribuem-se pelos vários ciclos de ensino, desde o Ensino Pré-escolar, 1º, 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico até ao Ensino Secundário. De seguida será realizada uma caracterização do pessoal docente e não docente, com base nos dados relativos ao ano letivo 2011-2012.

Através da análise do Gráfico 5, podemos observar a caracterização do corpo docente, por sexo.

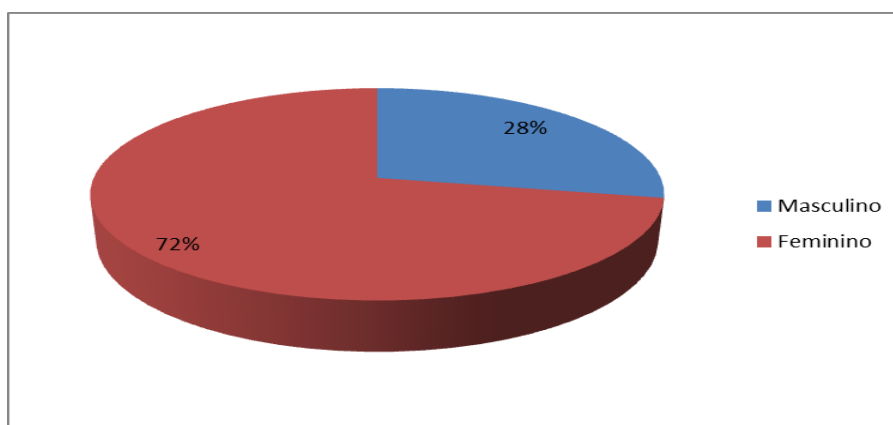


Gráfico 5 - Caracterização dos docentes por sexo.

Assim, relativamente ao sexo dos docentes, 82 são do sexo feminino e 32 são do sexo masculino, o que implica que 72% dos professores são mulheres e 28% são homens, sendo o corpo docente constituído por um número consideravelmente superior de mulheres em relação aos homens.

Relativamente às idades dos docentes, o Gráfico 6 permite sintetizar a caracterização do pessoal docente por idades.

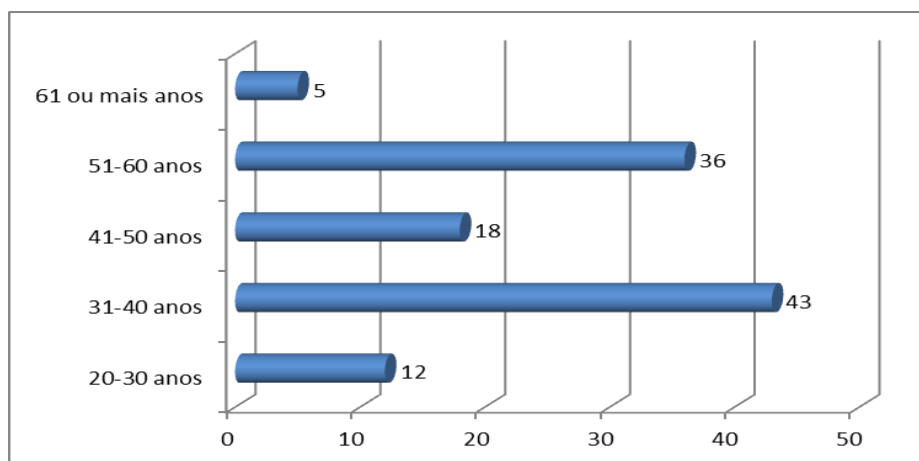


Gráfico 6 - Caracterização dos docentes por idade.

Através da análise do Gráfico 6, verificamos que do pessoal docente do colégio, 12 têm entre 20 e 30 anos, 43 têm entre 31 e 40 anos, 18 têm entre 41 e 50 anos, 36 têm entre 51 e 60 anos e 5 têm mais de 60 anos. Assim, 10,5% dos professores têm entre 20 e 30 anos, 37,7% tem entre 31 e 40 anos, 15,80% tem entre 41 e 50 anos, 31,60 tem entre 51 e 60 anos e 4,39% tem mais que 60 anos, o que indica que a população docente não é muito envelhecida, existindo apenas 5 professores já perto da idade de reforma. Importa referir que esta é uma situação que se tem vindo a alterar nos últimos anos, tendo o corpo docente vindo a ficar mais jovem com a saída de professores que se encontravam em regime de acumulação com a escola pública e que, na sua maioria, tinham idades mais avançadas, juntamente com outros que entretanto se reformaram e que foram substituídos por professores mais jovens.

Assim, comparando com a altura em que comecei a lecionar no colégio, em que existiam muitos professores com idades mais avançadas que se encontravam em regime de acumulação, lecionando na escola pública e no colégio em simultâneo, e tendo em conta que no ano letivo de 2005-2006, com a saída da lei que limitou o número de horas que os professores nessas circunstâncias poderiam acumular, muitos deles passaram a lecionar poucas horas no colégio, obrigando à contratação de novos professores. Desde então, a grande maioria dos professores contratados têm ficado efetivos no colégio e, desde essa data, não foram mais requisitados novos professores em regime de acumulação. Este aspeto, associado à saída de alguns professores em idade de reforma, contribuiu significativamente para que o corpo docente atualmente seja constituído por professores mais jovens, comparativamente com alguns anos atrás.

Quanto às habilitações literárias dos professores, o Gráfico 7 apresenta o grau de habilitações do corpo docente.

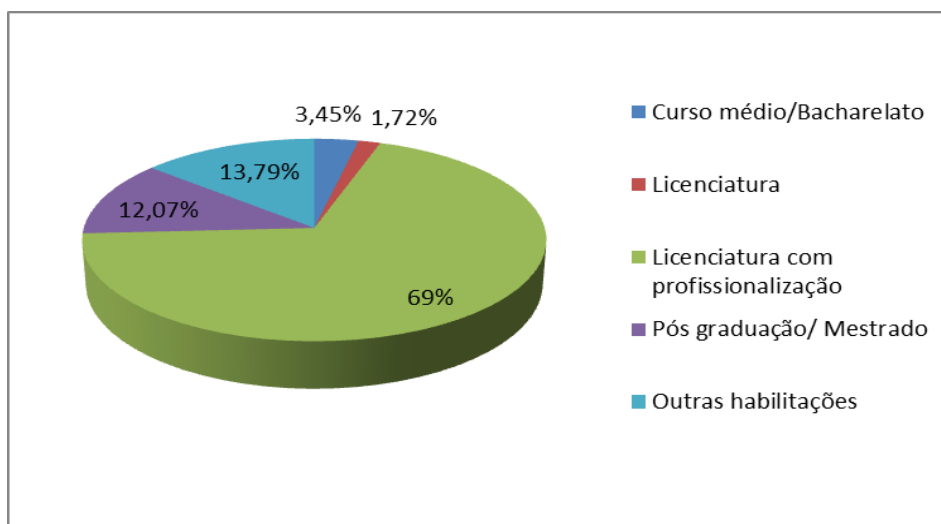


Gráfico 7 - Habilitações literárias dos docentes.

Como podemos observar da análise do Gráfico 7, 3,45% dos professores (4) possuem cursos médios/bacharelato, 1,72% tem licenciatura (2), 69% tem licenciatura com profissionalização (80), 12,07% tem pós-graduações ou mestrado (12) e 13,79% tem outras habilitações (16). Podemos então verificar que a grande maioria dos docentes do colégio são licenciados com profissionalização, o que constitui um fator com certeza importante para a qualidade do ensino.

Relativamente aos auxiliares de ação educativa, na Pré-Escola existem 16 vigilantes (todas do sexo feminino) que auxiliam, de forma permanente, nas aulas, refeitórios, dormitórios e recreios.

No 1º Ciclo do Ensino Básico, existem 13 vigilantes (todas do sexo feminino) que auxiliam, de forma permanente e individual, as turmas que lhes são atribuídas desde o início do ano letivo, ao longo dos quatro anos que compõem o ciclo.

Relativamente aos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico, assim como no Ensino Secundário, existem 10 professores (5 do sexo feminino e 5 do sexo masculino), sendo feita uma distribuição dos mesmos por salas/ andares, de acordo com o número de alunos e/ou de aulas a decorrer.

No que concerne aos regentes de estudo, a sua principal função é o acompanhamento dos alunos nas aulas de estudo, ou seja, no final do tempo letivo diário. Para esse efeito,

existem 11 regentes de estudo, dos quais 3 acompanham o estudo dos alunos do 5º ano, 3 os alunos do 6º ano, 2 os alunos do 7º ano, 2 os alunos do 8º ano e 1 os alunos do 9º e do 10º anos.

9 CARACTERIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

O contexto envolvente influencia numa forma decisiva todas as decisões referentes ao processo de ensino/aprendizagem. Assim, os recursos disponíveis são o conjunto de meios que podem ser utilizados no decorrer da intervenção pedagógica.

Os recursos disponíveis no CMB e destinados à disciplina de EF são apresentados de seguida, nomeadamente no que diz respeito aos recursos humanos, às instalações (recursos espaciais), aos recursos materiais e aos recursos temporais existentes.

9.1. Recursos Humanos

Atualmente, o departamento de EF é constituído por seis professores efetivos, sendo que cinco deles têm horário completo no colégio e lecionam os vários ciclos de ensino, enquanto que o sexto professor leciona apenas meio horário na Pré-escola. Para além dos docentes, existem dois auxiliares de ação educativa que trabalham diretamente com o grupo.

Até ao ano de 2013, o departamento de EF era constituído por onze professores, sendo seis deles efetivos no colégio e os restantes em regime de acumulação com a escola pública. No entanto, no final do ano letivo de 2012/ 2013, tendo em conta a redução do número de alunos, todos os professores que acumulavam foram dispensados.

No meu ponto de vista, o facto de todos os professores do departamento se encontrarem permanentemente presentes no colégio foi, sem dúvida, uma grande vantagem desta medida porque, comparativamente com a situação anterior, do ponto de vista organizacional, torna mais fácil todo o funcionamento do departamento. Além disso, no que diz respeito à uniformização de funcionamento e de procedimentos, um departamento mais pequeno também acaba por funcionar melhor. No entanto, considero ser uma desvantagem ter todos os professores do departamento a trabalhar apenas no colégio, uma vez que perdemos o contato com outras realidades e contextos diferentes,

existindo uma menor troca de experiências, conhecimentos e perspetivas, correndo o risco de ficarmos demasiado fechados sobre nós mesmos.

Uma particularidade a referir é o facto de, atualmente, ser o único elemento feminino no grupo, o que, não constituindo uma limitação no funcionamento, implica que tenha que estar presente em praticamente todas as atividades do departamento, uma vez que estando inseridos numa instituição com um carater mais conservador, a presença de um elemento feminino em atividades que envolvam a participação de alunas do sexo feminino é quase uma exigência, o que se torna um pouco pesado, não podendo repartir esta responsabilidade com outros colegas.

Atualmente, de uma maneira geral, os diferentes membros do departamento estabelecem relações de trabalho muito positivas, sendo um grupo bastante unido e coeso. O trabalho desenvolvido pressupõe o cumprimento de todas as tarefas necessárias para o funcionamento do departamento, existindo um compromisso de confiança e de responsabilidade no cumprimento daquelas que são as tarefas de cada um.

9.2. Instalações

As instalações desportivas existentes no CMB, destinadas à disciplina de EF, passam pela existência de seis espaços:

- Ginásio da Pré-escola;
- Ginásio;
- Campos Relvados;
- Campo Desportivo Superior;
- Campo Desportivo Vedado;
- Campo Desportivo Inferior.

O ginásio da Pré-escola, sendo constituído por dois espaços, destina-se à lecionação das aulas de Expressão Motora dos alunos deste nível de ensino, bem como das aulas das atividades extracurriculares de Judo e Ballet. Por sua vez, os outros espaços mencionados destinam-se à lecionação das aulas de Educação e Expressão Motora do 1º Ciclo do Ensino Básico e às aulas de Educação Física de todos os outros Ciclos de Ensino (2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário). Para além das aulas de EF, nestas instalações decorrem ainda os treinos dos grupos/equipas de DE (Desportos

Gímnicos e Basquetebol), os torneios interturmas e os recreios. No quadro que se segue são apresentadas as características específicas referentes a cada um destes espaços.

ESPAÇO	CARACTERÍSTICAS
GINÁSIO DA PRÉ-ESCOLA	<ul style="list-style-type: none"> • Espaço coberto constituído por duas salas. A sala maior está coberta com tapetes de Judo e para além de ser utilizada para a lecionação das aulas de Expressão Motora funciona como sala de Judo. A outra, está equipada com espelhos ao longo de toda a parede e para além de ser utilizada na lecionação das aulas de Expressão Motora, funciona como sala de Ballet.
GINÁSIO	<ul style="list-style-type: none"> • Espaço coberto, com as dimensões de 30mx15m, com marcações de um campo de Andebol, dois campos de Basquetebol reduzidos e um campo de Voleibol; • Gabinete de Professores do departamento de EF; • Dois balneários (1 feminino/ 1 masculino); • Uma sala de material; • Condições para lecionar qualquer modalidade.
CAMPOS RELVADOS (EXTERIOR)	<ul style="list-style-type: none"> • Espaço exterior, com piso em relvado sintético, com as dimensões oficiais de dois campos de Futebol 7; • Condições para lecionar Jogos Pré-desportivos, Futebol, Rúgbi e Atletismo.
CAMPO DESPORTIVO SUPERIOR (EXTERIOR)	<ul style="list-style-type: none"> • Espaço exterior, com piso em betão poroso, com as dimensões oficiais de um campo de Andebol, com as respetivas marcações, bem como com as de dois campos de Basquetebol, dois campos de Voleibol e dois campos de Ténis; • Duas casas de banho anexas (1 feminina/ 1 masculina); • Condições para lecionar Jogos Pré-desportivos e Desportos Coletivos.
CAMPO DESPORTIVO VEDADO (EXTERIOR)	<ul style="list-style-type: none"> • Espaço exterior, com piso em betão poroso, com as dimensões de um campo de Andebol reduzido, com as respetivas marcações, bem como as de um campo de Ténis; • Um campo de Voleibol anexo; • Condições para lecionar Jogos Pré-desportivos e Desportos Coletivos, à exceção de Basquetebol e Corfebol.
CAMPO DESPORTIVO INFERIOR (EXTERIOR)	<ul style="list-style-type: none"> • Espaço exterior, com piso em betão poroso, com as dimensões oficiais de um campo de Andebol, com as respetivas marcações, bem como com as de três campos de Basquetebol; • Condições para lecionar Jogos Pré-desportivos e Desportos Coletivos.

Quadro 4 - Caracterização das Instalações Desportivas.

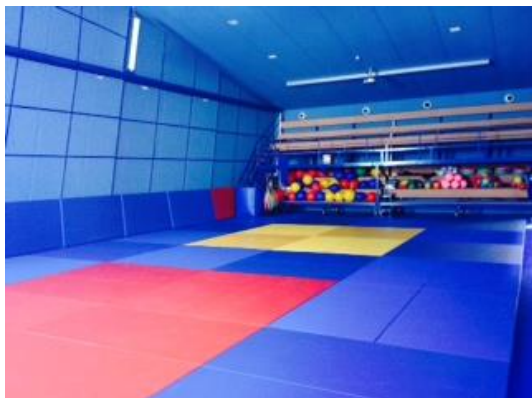


Figura 8 - Imagem do ginásio da Pré-escola.



Figura 9 - Imagem do Ginásio.



Figura 10 - Imagem dos campos relvados.



Figura 11 - Imagem do campo desportivo superior.



Figura 12 - Imagem do campo desportivo vedado.



Figura 13 - Imagem do campo desportivo inferior.

De acordo com as suas características, na rotação de espaços definida pelo departamento de EF, no sentido de tornar as possibilidades de prática o mais polivalentes possíveis, os espaços destinados para as aulas EF do 1º, 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário estão agrupados da seguinte forma:

- Espaço 1 – Ginásio;
- Espaço 2 – Campo Relvado 1 + Campo Desportivo Superior;
- Espaço 3 – Campo Relvado 2 + Campo Vedado;
- Espaço 4 – Campo Desportivo Inferior.

Importa referir que as instalações são o fator que mais condiciona e prejudica o funcionamento do departamento de EF. Assim, a organização pedagógica das atividades de EF é limitada pelas possibilidades de prática das matérias que os diferentes espaços de aula oferecem e, não sendo os espaços disponíveis, na sua maioria, de facto polivalentes, a lecionação de algumas matérias fica condicionada aos espaços específicos que admitem a possibilidade da sua lecionação, limitando as opções pedagógicas, do departamento de EF na sua generalidade (por exemplo na definição da rotação de espaços), e do professor em particular, na seleção das matérias e modos de prática.

A existência de apenas um espaço coberto para a lecionação da disciplina, com dimensões reduzidas, é nitidamente insuficiente e faz com que a rotação de espaços definida tenha apenas uma turma de cada vez a realizar aula no ginásio, voltando a esse espaço apenas de quatro em quatro semanas, sendo o número de aulas aí lecionadas bastante reduzido face aos conteúdos previstos em algumas matérias que, pelas suas características, só podem ser lecionadas no ginásio (ex: Ginástica, Dança, Desportos de Combate, ...). Além disso, quando as condições climatéricas não permitem a lecionação de aulas no exterior, o ginásio tem capacidade para juntar apenas mais uma turma, sendo dividido ao meio com uma cortina e ocupado por duas turmas. Uma vez que a maior parte dos horários têm três ou quatro turmas a ter aula de EF em simultâneo, isso implica que, nestes casos, uma ou duas turmas tenham que ter aula teórica na sala de aula.

Acresce ainda o facto das instalações destinadas à disciplina de EF serem também os espaços reservados aos recreios, aspeto que condiciona bastante a construção dos horários da disciplina, uma vez que o número de turmas a funcionar em simultâneo nesses momentos fica limitado pela falta de espaços disponíveis.

Note-se que, uma vez que o colégio não tem nenhum outro espaço suficientemente grande, o ginásio é também utilizado para a realização de atividades e eventos, impossibilitando nesses períodos a sua utilização para a disciplina de EF. Isso acontece em alguns períodos específicos do ano, nomeadamente no mês de dezembro, com a

realização das festas de Natal e nas últimas semanas do terceiro período, com a realização da Expobernardes (exposição dos trabalhos dos alunos realizados ao longo do ano).

No sentido de contornar estas situações, o departamento de EF propõe regularmente ao Conselho de Gerência do colégio que pondere a construção de um Pavilhão Desportivo ou, em alternativa, a colocação de uma cobertura no campo desportivo inferior, de modo a aumentar as possibilidades de prática e de salvaguardar várias questões que em muito comprometem a lecionação da disciplina de EF.

9.3. Recursos Materiais

Os recursos materiais existentes para a lecionação da disciplina de EF são apresentados detalhadamente no Anexo 5 (Inventário de Material EF).

De acordo com aquelas que são as orientações para a disciplina de EF, o material existente permite a lecionação de uma grande parte das matérias previstas nos Programas Nacionais de Educação Física (PNEF). Embora todos os anos o Conselho de Gerência do colégio seja bastante sensível na aquisição de novo material necessário, importa referir que algumas matérias não são contempladas nas planificações do departamento pois a Entidade Titular é reticente à sua abordagem, por considerar que implicam algum risco (Patinagem e Escalada). Uma vez que os professores do departamento de EF não partilham da mesma opinião e até considerem que outras das matérias abordadas pressupõem tanto ou mais risco associado, todos os anos no relatório final do departamento de EF, o material necessário para abordar essas matérias é referido como material a adquirir, no sentido destas poderem ser contempladas no Projeto Curricular (PC) da disciplina.

9.4. Recursos Temporais

De acordo com os PNEF, a organização dos horários é entendida como uma condição de garantia de qualidade da EF, não devendo ser descurada, sob pena de colocar em causa o desenvolvimento dos alunos, designadamente ao nível das possibilidades de desenvolvimento da Aptidão Física e do seu efeito sobre a saúde. Assim, o número de

sessões semanais e a forma como são distribuídas ao longo da semana são um dos aspetos críticos na organização dos recursos temporais.

Estando consciente da relevância da existência, no mínimo, de três sessões de EF por semana, desejavelmente em dias não consecutivos, por motivos que se prendem, entre outros, com a aplicação dos princípios do treino e com o desenvolvimento da Aptidão Física na perspetiva de saúde, este é um aspeto que, no entanto, na organização e distribuição das aulas de EF, tendo em conta a mancha horária estabelecida para os diferentes ciclos de ensino, no sentido de conseguir encaixar todas as disciplinas com a respetiva carga horária, acaba por não ser respeitado como seria desejável, optando a Direção Pedagógica do CMB pela seguinte distribuição das aulas de EF:

- Pré-escola – 2 aulas semanais, de 40 minutos cada;
- 1º Ciclo do Ensino Básico – 2 aulas semanais de 45 minutos cada;
- 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico – 3 tempos semanais, distribuídos por 1 aula de 45 minutos e uma aula de 90 minutos;
- Ensino Secundário – 4 tempos semanais, distribuídos em 2 aulas de 90 minutos.

Sabendo que é reconhecido cientificamente que realizar atividade física diariamente é a condição ideal para se obterem efeitos ao nível da melhoria da Aptidão Física e que a frequência mínima que possibilita esses benefícios é de três sessões semanais, no que diz respeito à organização e distribuição das aulas de EF, considero que, como princípio, esta poderia assumir outras possibilidades de organização mais favoráveis, nomeadamente por exemplo de 3 aulas de 45 minutos semanais para o 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e de 4 aulas de 45 minutos semanais ou 2 aulas de 45 minutos e 1 de 90 minutos semanais, para o Ensino Secundário. No entanto, como efetivamente no colégio as aulas de 45 minutos acabam por ter um tempo útil inferior, tendo em conta as questões que se prendem com a organização dos tempos de aula e respetivos intervalos, reconheço que com uma organização que contemplasse apenas aulas de 45 minutos, poderíamos correr o risco da totalidade do tempo útil de aula vir a ser consideravelmente menor.

No que diz respeito à dinâmica estabelecida na distribuição dos diferentes ciclos de ensino no horário da disciplina de EF, esta pressupõe o funcionamento dos diferentes ciclos em manchas horárias específicas. Desta forma, nos blocos da manhã funcionam preferencialmente as turmas dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico, deixando disponível para o Ensino Secundário, preferencialmente o último bloco da manhã. Da parte da tarde

funcionam, exclusivamente, as turmas do 1º Ciclo do Ensino Básico. Esta forma de organização resulta essencialmente por facilitar questões de funcionamento, uma vez que a capacidade dos balneários existentes não permite mais turmas a funcionarem ao mesmo tempo e como, no 1º Ciclo do Ensino Básico, os alunos ainda têm a ajuda de auxiliares quando se estão a equipar, evita-se colocar estes anos com alunos mais velhos para evitar constrangimentos. Além disso, como o ginásio é o único espaço coberto, quando está a chover, anos semelhantes a funcionarem ao mesmo tempo facilita a possibilidade de lecionar mais que uma turma no ginásio, o que não seria possível com alunos com níveis muito distintos. Esta forma de organização possibilita também a interação de alunos de turmas diferentes, uma vez que as turmas que estão a funcionar em simultâneo são normalmente dos mesmos anos ou anos muito próximos, permitindo por vezes a realização de atividades comuns e possibilitando ainda a diferenciação do papel dos professores, de modo a aproveitar capacidades especiais dos próprios professores. Obviamente que este procedimento acontece pontualmente, numa perspetiva estratégica de aumento da quantidade de prática qualitativamente adequada às características dos alunos, pelo reforço do ensino em equipa e formação recíproca, e, principalmente, para promover a realização de objetivos do domínio social, pela novidade introduzida na mudança de parceiros ou adversários e consequente adaptação do comportamento individual.

De referir que nem sempre estas manchas horárias foram organizadas desta forma, existindo anos em que, na construção dos horários da disciplina de EF, as turmas eram distribuídas aleatoriamente pela mancha horária, o que causava grandes problemas no funcionamento do departamento. Depois de muitas queixas por parte dos docentes de EF e da comunidade educativa de uma maneira geral, esta situação foi remediada com a minha participação na equipa de elaboração de horários do colégio, uma vez que, estando por dentro das principais limitações e condicionalismos existentes, estes são tidos em consideração e minimizados logo à partida.

Note-se que a Pré-escola, tendo um ginásio com dois espaços disponíveis exclusivos para o funcionamento das aulas deste nível de ensino, não se encontra tão condicionada em termos de recursos temporais, tendo apenas que serem conciliadas com as aulas das atividades extracurriculares, que também funcionam nesses mesmos espaços, nomeadamente do Judo e do Ballet. Para este nível de ensino, no que diz respeito às condições gerais existentes para a leção das aulas de Expressão Motora, considero as mesmas muito boas.

Capítulo III

CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA ATIVIDADE PROFISSIONAL DESENVOLVIDA

CAPÍTULO III – CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA ATIVIDADE PROFISSIONAL DESENVOLVIDA

1 COMPETÊNCIAS PARA LECIONAR

O ato de lecionar prevê uma série de competências que lhe estão associadas e que condicionam, decisivamente, todo o processo de ensino-aprendizagem. Dessas competências, a definição das estratégias e metodologias utilizadas com vista à Promoção da Aprendizagem, o processo de Planeamento e a Avaliação dos alunos, por serem aquelas que se encontram mais diretamente ligadas com a atividade docente propriamente dita, são às que tenho dedicado mais tempo e nas que foram feitos maiores investimentos.

Enquanto professora da disciplina de EF no CMB, as competências inerentes à lecionação não podem descurar aquelas que são as linhas orientadoras do seu PE, tendo as ações e opções enquanto docente que considerar, necessariamente, os princípios nele preconizados.

A capacidade de pôr em prática todas essas competências esteve, obviamente, dependente da aquisição de um conjunto de conhecimentos científicos e didáticos, que tiveram como base a formação adquirida ao longo da Licenciatura em Ciências do Desporto – menção Educação Física e Desporto Escolar, na FMH, bem como da procura constante de informação e de uma atualização contínua, no sentido de conseguir dar resposta às necessidades e dificuldades profissionais com que nos vamos deparando.

De seguida serão referidas e analisadas as estratégias e atividades desenvolvidas inerentes a cada uma dessas competências.

1.1 Promoção da Aprendizagem

“O ensino é um processo complexo (Januário, 1992)”. Desta forma, quando se coloca em causa o desenvolvimento e o processo ensino-aprendizagem dos alunos, não se pode descurar ou ignorar a diversidade de fatores que estão inerentes a todo o processo educacional. Como tal, o indivíduo é fruto de inúmeras interações sociais, institucionais e humanas, que influenciam o contexto escolar de forma muito intensa.

“Segundo Carreiro da Costa (1984), o êxito nas aprendizagens escolares depende, em grande parte, da qualidade do ensino, isto é, da competência do professor em criar condições de sucesso aos alunos. Importa, por isso, que as decisões relativas à organização e condução do ensino sejam tomadas a partir do conhecimento sobre os fatores que concorrem para a estruturação de situações que facilitem e promovam as aprendizagens escolares”. Assumindo, então, que os processos de aprendizagem estão intimamente ligados com os processos de ensino implementados pelo professor, as opções pedagógicas realizadas pelo docente constituem, certamente, um fator decisivo na potenciação das aprendizagens dos alunos.

Por outro lado, se considerarmos a motivação como um estado de necessidade ou desejo, que leva o indivíduo a fazer aquilo que o satisfaz, deseja ou necessita, esta constitui com certeza outro dos fatores que determina se um aluno irá, ou não, adquirir o conhecimento, a compreensão ou a habilidade de desempenhar uma determinada tarefa. Desta forma, podemos assumir que um aluno motivado para a aprendizagem irá esforçar-se por vencer as dificuldades, manter-se concentrado na realização das atividades, manifestar interesse e entusiasmo e tomar a iniciativa quando lhe é dada a oportunidade.

Encarando a motivação e a responsabilização dos alunos como elementos chave na promoção da aprendizagem, nas várias dimensões que constituem a minha atividade como docente, procuro utilizar práticas que promovam o desenvolvimento e aprofundamento dessas mesmas competências, utilizando estratégias e adotando metodologias que permitam manter os alunos motivados e envolvidos no processo para, dessa forma, contribuir para a melhoria do processo ensino-aprendizagem.

Numa primeira instância, no que diz respeito ao processo de Planeamento, considero fundamental para a motivação dos alunos que os objetivos definidos estejam adequados ao nível inicial da turma e, em particular, ao nível de cada aluno. Assim, depois de analisados os dados registados na Avaliação Inicial, o ajuste dos objetivos definidos nas respetivas Planificações Anuais permite uma perspetiva realista das metas a atingir, sendo este um fator determinante para a obtenção do sucesso. Objetivos desajustados levam à escolha de situações de aprendizagem e de tarefas também elas desajustadas, originando uma frustração e desmotivação por parte dos alunos, bem como uma constante incapacidade de cumprimento do que é proposto.

No sentido de dar cumprimento aos objetivos estabelecidos, na realização das minhas aulas, procuro selecionar situações de aprendizagem e exercícios que permitam ir ao

encontro desses mesmos objetivos, tendo em conta o valor e a relevância das atividades propostas e a duração relativa das mesmas. Assim, na abordagem das diferentes matérias tenho a preocupação de escolher tarefas apelativas, com um grau de dificuldade ajustado ao nível dos alunos e com uma lógica de progressão que permita superar as suas dificuldades. Para isso, na seleção de recursos tenho em consideração as necessidades individuais de cada aluno, o ambiente de aprendizagem e as competências a desenvolver.

Independentemente do objetivo pretendido, nas diferentes tarefas propostas, procuro ter o cuidado de apresentar as condições de realização, as respetivas componentes críticas e critérios de êxito, bem como as regras de segurança associadas à sua realização. Sempre que necessário, principalmente quando se tratam de tarefas novas, estas são acompanhadas da respetiva demonstração, que é realizada por mim ou por alunos que à partida tenham mais facilidade na sua realização.

Associadas a cada tarefa, são também apresentadas muitas vezes variantes de facilidade e dificuldade, no sentido de dar resposta aos diferentes níveis dos alunos. Por exemplo, na abordagem da ginástica de solo, se um dos objetivos for o rolamento à retaguarda, posso ter uma estação com a situação de aprendizagem que implique a realização do rolamento, tal como deve ser realizado e, nessa mesma estação, uma situação facilitada, com a utilização de uma progressão pedagógica, em plano inclinado, para alunos que ainda não consigam cumprir o objetivo final. Desta forma, consigo diferenciar a respetiva tarefa, adequando-a ao nível dos diferentes alunos e permitindo que estes superem as suas dificuldades, bem como que se mantenham motivados na realização da tarefa.

Considerando que o desenvolvimento da Aptidão Física é também um dos objetivos preconizados nos PNEF, na estrutura da aula, o treino/elevação das capacidades motoras constitui uma componente que procuro que esteja presente em todas as aulas, tendo a preocupação de tentar assegurar que a intensidade do esforço desenvolvido pelos alunos seja relevante, considerando os princípios metodológicos específicos do treino das diferentes capacidades motoras e possibilitando a melhoria dos alunos nesta componente. Desta forma, a intencionalidade do desenvolvimento da Aptidão Física condiciona a seleção das situações de aprendizagem, a forma como se organizam as situações e se estrutura cada uma e o conjunto das aulas lecionadas, procurando que exista uma relação de complementaridade no trabalho específico e integrado das

diversas capacidades motoras e salvaguardando os procedimentos metodológicos reconhecidos para o treino de cada uma, com as restantes situações da aula. Assim, na mesma aula, tenho em conta as características específicas das matérias a abordar e aproveito essas mesmas características para um trabalho ao nível da Aptidão Física, complementando com outras tarefas que permitam o desenvolvimento de várias capacidades motoras. Por exemplo, numa aula em que está contemplada uma situação de jogo de Basquetebol, uma vez que esta situação por si só já permite um trabalho ao nível da Aptidão Cardiorrespiratória, utilizo essa situação para esse fim e complemento com um circuito de treino de força para trabalhar especificamente outra capacidade motora. Desta forma, utilizando as características específicas das diferentes matérias, procuro tirar partido dessas mesmas características para um trabalho em simultâneo ao nível da Aptidão Física.

Relativamente ao Controlo da Prática, durante a realização das tarefas procuro ter uma atenção constante e uma visão geral da classe, circulando de forma equilibrada pelo espaço e procurando uma proximidade física aos alunos.

No que diz respeito à capacidade de comunicação com os alunos, nas instruções e preleções realizadas, procuro utilizar uma linguagem clara, objetiva e adequada à faixa etária e ao nível dos alunos, considerando o ajuste e o interesse dos conteúdos, bem como a respetiva duração e adequação terminológica. Este é um aspeto que considero muito importante quando lecionamos vários níveis de escolaridade, como é o meu caso, existindo uma clara necessidade na adaptação do discurso e das estratégias utilizadas.

“Um dos fatores mais discutidos e analisados como críticos para a Aprendizagem Motora, é a informação acerca dos desempenhos que caracterizam a sua prática. Teoricamente, o sujeito utiliza esta informação para formular hipóteses e estratégias acerca da sua prestação para, depois, testar a eficácia dessas hipóteses ao longo do seu processo de Aprendizagem (Onofre, 1986)”. Assim, o feedback pedagógico é considerado uma das variáveis que mais influencia a aprendizagem, servindo como regulador da prática e sendo por mim utilizado frequentemente.

“Não existe um padrão único para prescrever feedbacks. Fazê-lo seria negar a diversidade das relações humanas e oportunidades de aprendizagem, que podem e devem existir na sala de aula. As possíveis interações entre professor, aluno e conteúdo são tão diversas que limitá-las a um único padrão seria reduzir o valor da utilização do feedback. (Mosston & Ashworth, 2008)”. Partilhando deste pensamento, procuro que os

feedbacks utilizados sejam distintos, diversificando o conteúdo, a direção, a sua forma de emissão e a sua frequência, de acordo com a situação e com o objetivo pretendido. Os feedbacks utilizados podem então funcionar para ajudar os alunos a corrigir erros de execução e comportamentos, bem como para encorajar para a atividade. Frequentemente são utilizados ainda como reforço positivo, através da utilização de feedbacks positivos, com o intuito de promover a autoestima e autoconfiança dos alunos.

No sentido de controlar a informação transmitida, utilizo frequentemente o questionamento, para assegurar que os alunos compreenderam o que foi pedido e, como forma de os envolver e responsabilizar em relação às tarefas que irão desempenhar, bem como de promover e estimular a reflexão sobre essas mesmas tarefas, potenciando a sua aprendizagem.

Quanto à organização e gestão da prática, considero imprescindível definir regras de funcionamento, sistematizar procedimentos e estabelecer rotinas, uma vez que estes se tornam aspetos fundamentais na velocidade de organização dos alunos, diminuindo consideravelmente os tempos de transição e deixando mais tempo disponível para a prática. Assim, tenho à partida definidos um conjunto de procedimentos, rotinas e sinais, associados a algumas tarefas (por exemplo na montagem de material e na constituição de grupos), que me permitem poupar tempo em questões de caráter organizacional. Uma correta gestão dos respetivos tempos de espera é também um aspeto essencial para a manutenção dos alunos focados na tarefa, evitando comportamentos desviantes.

Na realidade, o tempo de prática é um dos aspetos que considero mais importantes na leção das minhas aulas. Nos dias que correm, considerando o tempo que as crianças hoje em dia despendem em prática informal de atividade física, que é bastante reduzido, as aulas de EF acabam por ser o único momento semanal em que muitas delas realizam atividade, o que, tendo em conta os níveis de sedentarismo atual das crianças, é nitidamente insuficiente. Desta forma, pelo menos nas aulas de EF, procuro que os alunos estejam o maior tempo possível em prática, assumindo muitas vezes esse como um objetivo prioritário, em detrimento da consolidação de algumas aprendizagens.

No que diz respeito à organização e gestão da prática, importa também referir que, consoante a faixa etária dos alunos, os estilos de ensino adotados, bem como as estratégias utilizadas, têm necessariamente que variar, de acordo com o grau de compreensão dos mesmos e da sua capacidade de organização. No entanto, “a liberdade para criar e combinar estilos não sugere que vale tudo. Todas as variações devem

pressupor a análise de decisões, contribuir para a qualidade global da experiência educacional e responder às perguntas: Quais são os objetivos gerais de aprendizagem? O que é suposto os alunos aprenderem? (Mosston & Asworth, 2008)”.

Desta forma, o estilo de ensino identifica a estratégia operacional de atuação do docente em cada episódio de aula, devendo este ter em conta o objetivo pretendido. Assim, em idades mais baixas (Pré-escola), o recurso a um estilo de ensino por descoberta guiada acaba por surgir com mais frequência, bem como a utilização constante de formas jogadas. A criação de situações de exploração de diversos materiais, guiando os alunos na sua descoberta e utilizando associações com outros conceitos que estão a descobrir nesta idade, como é o caso das cores, números, animais, personagens de histórias infantis, etc., revelam-se muito úteis e pertinentes na exploração do seu corpo, de diferentes movimentos e, conseqüentemente, nas aprendizagens realizadas.

Por sua vez, em idades mais avançadas, vão sendo adotadas estratégias que levem a uma maior autonomia dos alunos na prática, permitindo o seu envolvimento na escolha de métodos de funcionamento e na sugestão de propostas de trabalho, dando-lhes uma maior responsabilização e participação no processo de ensino-aprendizagem e, através da análise e resolução de problemas concretos, possibilitar a sua iniciativa, no sentido da descoberta e de uma construção do conhecimento, bem como do desenvolvimento e utilização de formas de avaliar criticamente a informação.

Relativamente à constituição de grupos de trabalho, assumindo que este é um elemento-chave na estratégia de diferenciação do ensino, a forma utilizada varia consoante as matérias a abordar, o tipo de exercícios propostos, as características dos alunos e as dinâmicas de relacionamento estabelecidas nas respetivas turmas. Assim, sempre que considerados necessários à eficácia do processo ensino-aprendizagem, são utilizados grupos homogêneos que, por exemplo em situações de jogo, garantem que todos os alunos têm oportunidade de estar envolvidos na tarefa e, dessa forma, progredam na aprendizagem, isto porque a utilização de grupos heterogêneos, por vezes, leva a que apenas os alunos mais capazes participem. Na realização de exercícios critério, esta opção (definição de grupos de trabalho por níveis) também é considerada, pois permite utilizar uma pedagogia diferenciada, selecionando critérios de êxito diferentes em função do nível do grupo, mantendo desta forma os alunos motivados.

Cabendo à escola e ao professor desenvolver nos alunos capacidades, atitudes e comportamentos de maior autonomia na regulação dos seus comportamentos escolares,

quando as dinâmicas da turma e as características dos alunos assim o permitem, também utilizo grupos de trabalho heterogêneos, em que os alunos que já atingiram níveis de aprendizagem superiores ajudam e cooperam com os que revelam mais dificuldades, funcionando como agentes de ensino, no sentido de promover a responsabilidade e o espírito de entre ajuda. Este tipo de aprendizagem considera que o aluno desempenha um papel mais ativo no processo de ensino-aprendizagem, estando no centro das atividades a serem realizadas. Deste modo, a aprendizagem vai sendo construída mediante um conjunto de interações sociais estabelecidas entre os elementos de um grupo heterogêneo, estimulando a discussão e a partilha de ideias entre pares, na procura de resolução de problemas.

“As investigações demonstram que a aprendizagem cooperativa favorece o estabelecimento de relações positivas entre os alunos, fomentando a solidariedade e o respeito mútuo, bem como o sentido de responsabilidade e entreajuda, reforçando a coesão dentro do grupo (Andrade, C., 2011)”. Além disso, tendo em conta os princípios enunciados pela Lei de Bases do Sistema Educativo e as competências gerais constantes do Currículo Nacional do Ensino Básico, a escola deve responder às necessidades resultantes de uma sociedade globalizante e em constante mudança, incentivando a formação de cidadãos responsáveis, autónomos e solidários. Assim, paralelamente às aprendizagens curriculares, este método de aprendizagem permite o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, formando cidadãos capazes de julgarem com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram, desenvolvendo também a maturidade cívica e sócio afetiva.

Este tipo de opções requerem uma maior abertura face à necessidade de diversificar e implementar novas estratégias de ensino-aprendizagem, obrigando a organizar o ensino com base em materiais e recursos diversificados e definindo os papéis e as responsabilidades que cada elemento deve desempenhar dentro do seu grupo. Desta forma, procuro variar a constituição dos grupos de trabalho e não fixar grupos durante períodos de tempo muito alargados, até pela importância que a variedade de interações assume no desenvolvimento social dos jovens.

Com todas as opções e estratégias utilizadas, procuro promover ambientes adequados e favoráveis de aprendizagem, com um clima que potencie a aquisição de competências e

que motive os alunos para a melhoria, onde predomine o respeito mútuo, a interação e a disciplina.

1.2 Planeamento

Ao pretendermos alcançar determinada meta, torna-se necessário fazer uma previsão do trabalho a ser realizado, previsão essa que será o elo orientador de toda a ação. Assim, quando falamos em Educação, esta necessidade surge com maior afluência pois, tratando-se de um empreendimento complexo e de responsabilidade, não pode ocorrer ao sabor da improvisação e do acaso.

A planificação do ato educativo engloba o planeamento das diversas componentes do processo de ensino, nos diferentes níveis da sua realização. Assim, o Planeamento assume particular importância, já que representa a ligação entre as pretensões existentes no sistema educativo e nos programas nacionais e a sua aplicação na prática.

“O objetivo último do processo de planeamento do professor é a estruturação do ensino e da aprendizagem, além dos instrumentos da sua regulação, tendo em vista a intervenção pedagógica e no sentido de uma eficácia (Januário, C., 1992)”. Neste sentido, o processo de Planeamento deve ser visto como sendo a base fundamental na estruturação de toda a atividade letiva, estabelecendo uma linha orientadora e reguladora de todo o processo, comportando não só as estratégias de realização e os meios e operações pedagógicas, como também toda a aplicação adequada dos conteúdos programáticos.

Desta forma, podemos considerar que o processo de Planeamento ajuda a reduzir a incerteza e a ansiedade, permitindo uma estruturação prévia da intervenção que, ao simular a ação, aumenta a segurança do professor, bem como a previsão de alguns fatores contingentes. Podemos então assumir que “a um processo de planeamento mais rico correspondem melhores indicadores de comportamento na sala de aula (Januário, 1992)”.

As competências de Planeamento têm como objetivos gerais a elaboração de uma planificação anual, com os diferentes planos parciais, do seu nível macro ao operacional, em que a seleção dos objetivos, conteúdos, estratégias e metodologias de ensino, em cada momento, estabeleçam o equilíbrio entre os objetivos referidos nos programas

nacionais e os resultados fornecidos pelos diferentes tipos de avaliação realizada aos alunos.

Considerando os diferentes níveis de plano, após análise dos PNEF e das suas finalidades e objetivos gerais, tendo como referência aquelas que são as orientações curriculares a atingir nas três áreas contempladas (Atividades Físicas, Aptidão Física e Conhecimentos) e tendo em conta os recursos existentes no colégio (humanos, espaciais, materiais e temporais), o departamento de EF do CMB definiu um Projeto Curricular (PC) para a disciplina (apresentado no Anexo 6 – Projeto Curricular EF), no sentido de adequar os objetivos contemplados nos programas à realidade e ao contexto particular do colégio.

De acordo com o PC de EF, foram estabelecidos os objetivos prioritários de cada ano de escolaridade, sendo elaborada a respetiva Planificação Anual (apresentadas no Anexo 7 – Planificações Anuais EF), bem como ajustados os objetivos previstos em cada uma das Atividades Físicas (matérias) contempladas nessas planificações, para os diferentes níveis programáticos - Introdução, Elementar ou Avançado (Anexo 8 – Objetivos Atividades Físicas por níveis programáticos).

Importa referir que o PC de EF e as respetivas Planificações Anuais têm em conta a realidade própria do colégio, existindo alguns fatores que condicionam bastante as opções estratégicas estabelecidas pelo departamento, nomeadamente as instalações e o material disponível para a lecionação da disciplina de EF. Daí o facto de, “segundo Januário, C. (1992), as decisões de ensino serem interdependentes, não se podendo avaliar *per si* cada decisão sem compreender as relações internas entre os vários elementos do processo decisional”.

Desta forma, sendo o ginásio o único espaço coberto, tendo em conta que algumas matérias previstas nos PNEF que, pelas suas características, não podem ser lecionadas em nenhum dos outros espaços existentes (Ginástica, Desportos de Combate, Dança, ...), as matérias contempladas no PC definido para a disciplina de EF acabam por estar assim limitadas, pela impossibilidade de vir a cumprir esse plano por falta de recursos.

Além disso, verificam-se ainda períodos do ano em que o ginásio é utilizado para outras atividades, como sejam as Festas de Natal (durante o mês de dezembro), as missas, o cinema, os chás dançantes e a Expobernardes (no terceiro período), impossibilitando durante estes períodos a utilização do ginásio para a disciplina de EF.

No terceiro período existe ainda a preparação e realização da Festa da Educação Física e das Atividades Extra-curriculares, que é uma atividade da responsabilidade do departamento de EF, com muita tradição no colégio, envolvendo todos os alunos da Pré-escola, dos 1º e 2º Ciclos do Ensino Básico, dos grupos/equipas de Desporto Escolar e das atividades extracurriculares.

Desta forma, reconheço que as planificações definidas poderiam contemplar uma organização diferente das matérias para os diferentes anos (acabam por incluir no mesmo ano, por exemplo, mais desportos coletivos em detrimento de outras matérias, uma vez que estes são aqueles em que as instalações disponíveis, sendo maioritariamente espaços exteriores, oferecem mais possibilidades de prática). No entanto, foi opção do departamento, face a todos estes fatores, ir ao encontro daquela que é a realidade do colégio e de conseguir dar cumprimento ao que é proposto.

Como modelo de lecionação a adotar, o departamento de EF definiu o Modelo de Lecionação por Etapas. Esta escolha teve em consideração aquelas que são as orientações metodológicas sugeridas nos PNEF e aquelas que são as convicções dos professores que constituem o departamento que, na sua maioria, acredita que este modelo é aquele que melhor potencia o processo de ensino-aprendizagem, pois permite a distribuição das aprendizagens ao longo do tempo, através da lecionação de várias matérias em simultâneo, numa lógica progressiva e rotativa, sendo a continuidade do ensino e da aprendizagem das matérias um fator importante na aquisição de competências. Além disso, a variabilidade das matérias abordadas, permite a utilização de aulas poli temáticas que, para além de permitir a abordagem de várias matérias em simultâneo, constitui um elemento importante na motivação dos alunos.

Considerando o conjunto de objetivos para cada ano, as prioridades entre as matérias, as características das diferentes etapas ao longo do ano letivo e a caracterização das possibilidades de cada espaço de aula, no início do ano letivo é elaborada uma rotação de espaços (apresentada no Anexo 9 – Rotação de Espaços EF), que serve de base de trabalho em todo o processo de Planeamento. Aplicando-se os critérios que o departamento considera mais convenientes de circulação das turmas pelos espaços, de acordo com as possibilidades existentes, a rotação prevista é semanal, constituindo o período de tempo em que cada turma permanece no mesmo espaço e permitindo a cada professor, nessa semana, lecionar todas as suas turmas nesse espaço (salvo raras exceções), o que é uma vantagem quer na planificação de aulas semelhantes, quer na

rentabilização do tempo em algumas tarefas, como por exemplo a montagem de material que pode ser aproveitado para a aula seguinte.

Relativamente à rotação definida, tenho consciência que, no que diz respeito à promoção das aprendizagens, esta podia assumir outros formatos, por exemplo quinzenal, permitindo um trabalho mais incisivo nas matérias abordadas, alargando o tempo destinado a cada unidade de ensino. No entanto, isso também traria outras desvantagens, como por exemplo, no período em que as condições climáticas são menos favoráveis à lecionação de aulas no exterior, as turmas passariam ainda mais tempo sem aulas no interior, correndo o risco de estar períodos muito alargados sem possibilidade de realizar aula prática. Por outro lado, se esta rotação assumisse um formato quinzenal, a distribuição do calendário escolar, em determinadas etapas, como tem sido o caso, por exemplo, nos últimos anos, do terceiro período, não permitiria sequer que as turmas rodassem por todos os espaços durante essa etapa, existindo algumas que não passariam nenhuma vez pelo espaço interior.

No início de cada ano letivo, partindo das Planificações Anuais para os anos que vou lecionar, realizo a Avaliação Inicial das matérias previstas e, depois de analisar esses dados, com base no nível da turma e dos respetivos alunos, são ajustados os objetivos definidos e são realizados os Planos de Turma (apresentado um exemplo no Anexo 10 – Plano de Turma 8ºE) e respetivos Planos de Etapas (apresentado um exemplo no Anexo 11 – Plano de Etapas 8ºE) para as diferentes turmas, no sentido de desenvolver expectativas atingíveis e de gerir o tempo de ensino, de forma a cumprir os objetivos propostos.

Nestes níveis de plano, torna-se fundamental conhecer e integrar a estrutura presente no espaço escolar, bem como organizar e gerir os recursos existentes. Desta forma, são planeados os objetivos das diferentes matérias curriculares, com a respetiva distribuição ao longo das etapas, estabelecendo uma sequência lógica de cumprimento dos mesmos e tendo em conta os espaços estabelecidos para cada aula, bem como o número de aulas necessárias para atingir esses mesmos objetivos.

Ao longo do ano letivo, as diferentes etapas assumem características diferentes, consoante o percurso de aprendizagem dos alunos e os objetivos pretendidos. O calendário escolar (nomeadamente as interrupções letivas) e as características das instalações disponíveis (conforme o plano de rotação definido) acabam por ser os aspetos que mais influenciam a sua organização. Assim, no início do ano letivo, tal como

indicação nos PNEF, o objetivo da primeira etapa de trabalho com a turma é a avaliação inicial, cujo propósito fundamental consiste em determinar as aptidões e dificuldades dos alunos nas diferentes matérias do respetivo ano, servindo simultaneamente para rever aprendizagens anteriores, consolidar outras, relembrar e/ou criar rotinas de aula e construir um clima de aula favorável à aprendizagem. É também um período importante para melhorar a condição física dos alunos, particularmente por se seguir a um período de férias prolongado. Esta etapa permite aferir as decisões tomadas para as grandes etapas do ano letivo, identificando as prioridades e a forma de organização da etapa seguinte, de acordo com os objetivos estabelecidos para o ano.

Os momentos fortes da avaliação dos alunos, determinados pelo calendário escolar e pela dinâmica do departamento de EF, acabam por definir a divisão das diferentes etapas contempladas na organização geral do ano letivo, bem como os períodos de férias e o reinício das aulas, onde é dada prioridade à revisão das matérias tratadas no período anterior, bem como à recuperação do nível de aptidão física, eventualmente diminuído pela interrupção da atividade física.

Para além destes, são parâmetros fundamentais da organização das etapas as opções estratégicas do ensino das várias matérias, como por exemplo, o tipo de situações características de determinada fase do percurso de aprendizagem.

Ao planear cada uma das etapas, considerando as suas características genéricas (revisão/consolidação, novas aprendizagens, etc.), a definição das prioridades e a formação de grupos permitem a realização do nível estabelecido para cada matéria, dedicando mais tempo de prática nas matérias em que os alunos revelam mais dificuldades. Assim, para cada etapa são definidas as respetivas unidades de ensino, que pretendem ser um conjunto de aulas agrupadas com objetivos semelhantes. Tendo em conta que a rotação de espaços utilizada é semanal, procuro que pelo menos as duas aulas que constituem esse período contemplem a mesma unidade de ensino, tendo objetivos e estruturas de organização semelhantes, com os conteúdos organizados de uma forma lógica e progressiva. Sempre que a possibilidade dos espaços possibilita, tento alargar o número de aulas previstas para a mesma unidade de ensino, podendo ser destinado à mesma unidade de ensino duas semanas. Esta organização permite um aprofundamento nas matérias abordadas, com uma lógica de progressão ao longo das aulas, bem como a rentabilização do tempo, uma vez que aulas com estruturas organizativas idênticas pressupõem uma maior rapidez na realização das tarefas propostas, pois foram estabelecidas rotinas que são transferidas para a próxima aula,

reduzindo o tempo previsto para a organização da prática e aumentando o tempo que os alunos estão em atividade, potenciando a aquisição das aprendizagens.

Depois de estabelecidos os Planos de Etapa e de Unidade de Ensino, a sua operacionalização é conseguida com o planeamento das aulas, prevendo situações de aprendizagem e estratégias de organização que levem ao cumprimento dos objetivos definidos. Assim, os Planos de Aula representam a estrutura mais operacional do planeamento, sendo que cada professor possui a sua metodologia própria na elaboração dos mesmos.

A adequação e capacidade de reajustamento é um fator que tenho que ter sempre em consideração, uma vez que para a lecionação da disciplina de EF apenas temos disponível um espaço coberto, sendo os restantes espaços exteriores. Desta forma, sempre sujeitos às imprevisões climáticas, muitas vezes os planos previstos têm que ser adaptados, juntando mais que uma turma no ginásio ou procedendo à lecionação de aula teórica na sala de aula. Para salvaguardar estas situações tenho preparadas algumas aulas teóricas para as diferentes matérias a abordar, aproveitando também essas aulas para abordar conteúdos de aprendizagem que se referem aos conhecimentos dos processos de desenvolvimento e manutenção da Aptidão Física, bem como à interpretação das estruturas e fenómenos sociais extraescolares, no seio dos quais se realizam as Atividades Físicas.

A avaliação formativa permite regular o grau de exigência das situações, permitindo a sua adequação constante aos progressos e dificuldades dos alunos.

No final de cada etapa é realizado um balanço do trabalho desenvolvido e dos objetivos alcançados, no sentido de realizar eventuais alterações ou ajustamentos, caso exista necessidade, no planeamento da etapa seguinte.

No final do ano, a última etapa prevê a revisão/consolidação das matérias no nível atingido pelo conjunto da turma e a oportunidade de recuperação dos alunos com dificuldades mais significativas. No final desta etapa, em reunião de departamento, os professores de EF analisam os dados recolhidos no processo de avaliação final, no sentido de verificar o nível de cumprimento do programa e de proceder aos ajustes ou indicações que daí decorrem para o currículo do ano letivo seguinte.

Como professora do grupo/equipa de DE de Desportos Gímnicos, também existe a necessidade de realizar o respetivo Planeamento destas atividades. Desta forma, tendo em consideração o calendário competitivo da modalidade e as atividades contempladas

no Plano Anual de Atividades do colégio que implicam a participação deste grupo/equipa, existe a necessidade de realizar o respetivo processo de Planeamento, sendo definidos objetivos diferentes consoante a etapa em causa, podendo distinguir-se três etapas distintas:

- 1ª Etapa – Revisões das aprendizagens realizadas no ano anterior e aquisição de novas aprendizagens;
- 2ª Etapa – Aquisição de novas aprendizagens e preparação para os Torneios de Desportos Gímnicos, da Direção Regional de Educação de Lisboa (DREL);
- 3ª Etapa – Consolidação de aprendizagens e preparação para a Festa da Educação Física e das Atividades Extracurriculares.

De acordo com os objetivos previstos para as diferentes etapas são planeados os respetivos treinos desta modalidade. Os horários destinados para a sua realização encontram-se divididos da seguinte forma:

- Ginástica 1º Ciclo – quarta, das 13h45 às 14h30;
- Trampolins e *Tumbling* – segunda e quinta, das 13h00 às 13h45;
- Ginástica Acrobática – quarta, das 13h00 às 13h45.

Todas as questões relativas a esse processo são definidas e decididas em conjunto com outro colega de departamento, que assume comigo a responsabilidade de treinar este grupo/equipa.

1.3 Avaliação

De acordo com a legislação em vigor (Despacho normativo n.º 24-A/2012 de 6 de dezembro), a Avaliação, constituindo-se como um processo regulador do ensino, é orientadora do percurso escolar e tem por objetivo a melhoria da qualidade do ensino através da aferição do grau de cumprimento das metas curriculares globalmente fixadas. Esta verificação deve ser utilizada por professores e alunos para, em conjunto, suprir as dificuldades de aprendizagem. A avaliação tem ainda por objetivo conhecer o estado geral do ensino, retificar procedimentos e reajustar o ensino das diversas disciplinas em função dos objetivos curriculares fixados.

“Segundo De Ketele (1986), a avaliação é entendida como a recolha de um conjunto de informações suficientemente pertinentes, válidas e fiáveis, examinando o grau de adequação entre este conjunto de informações e um conjunto de critérios adequados aos objetivos fixados à partida ou ajustados no decurso da ação, com vista a tomar uma decisão”.

“Miras e Solé (1992; cit in Rosado, 2001) acrescentam ainda que a avaliação é um processo de determinação da extensão com que os objetivos educacionais se realizam”.

Desta forma, o quadro de referência legal estabelece os princípios, objetivos e critérios de avaliação dos alunos em cada nível de ensino, remetendo para cada escola, por via da autonomia e gestão escolar, a metodologia e forma de aplicação desses critérios em conformidade com o respetivo PE. O processo de Avaliação assume então um papel, não apenas no diagnóstico e caracterização do nível dos alunos, mas também como um meio indispensável a todos os docentes na classificação dos alunos, de acordo com critérios predefinidos e estabelecidos, tendo em conta as normas de avaliação em vigor.

“Segundo Perrenoud (1986), o processo de avaliação, para que se possa considerar credível, terá que ser útil, na medida em que deve contemplar objetivos pertinentes a serem cumpridos; viável, na medida em que os critérios devem ser adequados e consequentemente concretizáveis; ética, uma vez que deve pressupor condições de igualdade entre todos os alunos; e rigorosa, devendo fornecer resultados fiáveis”.

No sentido de dar cumprimento ao processo de avaliação dos alunos, obrigatório do ponto de vista legal, de acordo com aqueles que são os objetivos definidos nos PNEF e tendo como referência as metas apresentadas como orientações pelo Ministério da Educação, o departamento de EF do CMB definiu os Critérios de Avaliação da disciplina (apresentados no Anexo 12 – Critérios de Avaliação EF) para os diferentes ciclos de ensino. Depois de revistos e aprovados todos os anos, em reunião de departamento e em Conselho Pedagógico, estes são entregues a todos os alunos e respetivos Encarregados de Educação, no início do ano letivo, dando conhecimento da forma como os alunos vão ser avaliados na disciplina de EF, sendo este procedimento obrigatório.

Importa referir que, até ao ano de 2011, os Critérios de Avaliação da disciplina de EF não eram os utilizados atualmente e que, ao longo dos anos, tentei sensibilizar os colegas para o facto dos critérios que utilizávamos não estarem em conformidade com as orientações dos PNEF. Assim, no ano de 2011, quando assumi o cargo de Coordenadora

do Departamento de EF, aproveitando as novas orientações curriculares do Ministério da Educação e respetivas metas de aprendizagem, o departamento alterou toda a lógica de avaliação que era utilizada até ao momento, terminando com a existência de ponderações para as diferentes áreas de avaliação e assumindo a lógica de avaliação preconizada nos programas da disciplina. Desta forma, a avaliação passou a incidir em objetivos bem definidos para as três áreas que constituem os objetos privilegiados na avaliação em EF (Atividades Físicas, Aptidão Física e Conhecimentos), sendo que para efeitos de classificação, o grau de cumprimento desses objetivos colocam os alunos em diferentes níveis de sucesso. Posteriormente, consoante os níveis de sucesso alcançados em cada uma das áreas, é atribuída aos alunos uma classificação final (de 1 a 5 no Ensino Básico e de 1 a 20 valores no Ensino Secundário).

De acordo com a especificidade da disciplina de EF e com o tipo de conteúdos lecionados, bem como com as metodologias de intervenção e de abordagem das matérias, características da disciplina, embora este conceito de avaliação faça todo o sentido, confesso que, no contexto global do colégio, todo o processo de implementação destes novos critérios não foi fácil, nomeadamente para respetiva aprovação em Conselho Pedagógico e compreensão dos mesmos por parte de colegas de outras áreas disciplinares, quando existia a necessidade de justificar classificações em reuniões de Conselho de Turma ou em pedidos de revisões de níveis/classificações atribuídas. Isto porque a utilização de ponderações é utilizada na maior parte dos Critérios de Avaliação das outras disciplinas e encarar a avaliação como um processo que resulta da observação direta de comportamentos e atitudes, que dão ou não cumprimento aos objetivos definidos e, conseqüentemente, resultam ou não em determinado nível, para muitos colegas que lidam com outras áreas parece ser pouco objetivo e concreto.

No entanto, aproveitando as novas orientações das metas de aprendizagem, uma vez que o colégio se encontra num quadro de autonomia e paralelismo pedagógico e, por isso, deve seguir aquelas que são as orientações do Ministério da Educação, sob o risco de colocar esses aspetos em causa, foi utilizado como argumento que, segundo as orientações curriculares para a disciplina de EF, é completamente contra indicado esse procedimento e, independentemente de concordarem ou não, foram aceites e aprovados pela comunidade educativa os novos Critérios de Avaliação propostos pelo departamento que, na realidade, depois de implementados e de todos os anos serem discutidos e devidamente argumentados, começam aos poucos a fazer sentido perante outros colegas.

Por outro lado, outra dificuldade sentida pelos professores do departamento com os atuais Critérios de Avaliação tem sido relativamente aos critérios para o Ensino Secundário, uma vez que os mesmos foram definidos tendo em conta que a classificação dos alunos na disciplina de EF ainda contava para a média final de secundário, o que entretanto deixou de acontecer. Assim, com a implementação desta medida, a reformulação dos atuais critérios tem sido um aspeto discutido e analisado em departamento, uma vez que, com a classificação da disciplina de EF a deixar de contar para a média final de secundário, na realidade, a postura dos alunos perante a disciplina altera-se e leva alguns alunos a adotarem uma atitude menos empenhada, ficando os critérios definidos um pouco desajustados a esta nova realidade.

No caso particular do CMB, de uma maneira geral, esta medida não foi bem encarada, não só pelos professores que lecionam a disciplina de EF mas por toda a comunidade escolar porque, salvo rara exceção, a maior parte dos alunos do colégio acabam por ser prejudicados, uma vez que as classificações alcançadas nesta disciplina, na maioria dos alunos, era das mais altas. E no caso de alunos mais fracos, cuja classificação pudesse por em causa a média final, os professores eram bastante sensíveis a esse aspeto e, desde que o aluno manifestasse empenho e vontade em ultrapassar as dificuldades, trabalhando e dedicando-se nas aulas, muitas vezes eram utilizadas outras estratégias de avaliação (trabalhos, tarefas complementares, etc...), nas quais esses alunos pudessem ter sucesso e acabavam por conseguir alcançar uma classificação que não os prejudicassem de uma maneira geral.

Para além deste aspeto, acredito que esta medida nos fez dar alguns passos atrás, numa época em que se verifica um índice enorme de sedentarismo em crianças e jovens e numa idade crítica na aquisição e manutenção de hábitos e de estilos de vida ativos. Assim, veio por em causa o papel da disciplina de EF, cabendo ao professor um papel importante, agora ainda com maior relevância, na motivação dos alunos para a prática, adotando tarefas e metodologias inovadoras que os mantenham empenhados e envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, bem como no processo de sensibilização da importância e dos benefícios da prática de atividade física na adoção de estilos de vida saudáveis.

Depois de definidos os Critérios de Avaliação, no sentido de esclarecer os princípios e processos que regem a avaliação dos alunos, tornando-a eficaz e uniforme e conduzindo a um ensino diferenciado mas também standardizado e regulamentado, o departamento

de EF do CMB definiu o respetivo Protocolo de Avaliação. Desta forma, este transforma-se num instrumento fundamental para a orientação global do processo de avaliação e consequente elaboração do planeamento das várias matérias a lecionar, bem como para a delineação de estratégias de ensino a aplicar na turma, tendo em vista o desenvolvimento individual dos alunos e sua consequente avaliação.

A definição de um Protocolo de Avaliação permitiu atingir os objetivos seguintes:

- Estabelecer uma linha orientadora de todo o processo avaliativo, fundamentando-o ao longo do ano letivo e permitindo uma avaliação direcionada para o sucesso escolar e educativo dos alunos;
- Definir todo um conjunto de normas orientadoras das diversas formas e momentos de avaliação;
- Adotar os diferentes Critérios de Avaliação estabelecidos, em função da situação do aluno, no início de cada etapa do ensino-aprendizagem;
- Definir e diferenciar os níveis apresentados por cada aluno e as possibilidades de desenvolvimento nas diferentes matérias;
- Executar uma avaliação sistemática através de balanços sobre a qualidade do ensino-aprendizagem.

Na elaboração do Protocolo de Avaliação procurámos conjugar as condições de aplicação dos exercícios/testes, com critérios credíveis e facilmente ajustáveis à realidade escolar (condições materiais, recursos humanos, espaciais, temporais, etc.). As tarefas propostas para a avaliação dos alunos, nomeadamente a realização de exercícios critério e situações de jogo, procuraram estabelecer correlações com os objetivos finais, descritos nos PNEF. Neste contexto, tornou-se fundamental uma seleção de estratégias de registo que passaram pela construção de sistemas de observação.

Importa referir que depois de definidos em departamento os Critérios de Avaliação, foram criados por mim, para os diferentes anos de escolaridade, um conjunto de instrumentos próprios, nomeadamente fichas de observação de aula, fichas de registo da Avaliação Inicial, folhas de presenças, fichas de registo da avaliação da Aptidão Física, fichas de registo de Avaliação Formativa das Atividades Físicas, fichas de registo da Avaliação Sumativa das Atividades Físicas e grelhas de Avaliação Sumativa, que facilitam a análise dos dados recolhidos e que depois de apresentados em departamento foram adotados por todos os professores, o que foi um aspeto fundamental na uniformização do funcionamento do departamento.

No Anexo 13 é apresentada a Ficha de Observação de Aula utilizada para alunos que, por algum motivo, não realizam aula prática (falta de material, dispensa, atestado médico,...). No Anexo 14 são apresentadas as Fichas de Registo de Avaliação Formativa das Atividades Física e no Anexo 15 são apresentadas as Grelhas de Avaliação utilizadas pelo departamento para os vários anos de escolaridade (Grelhas de Avaliação EF), que contemplam a respetiva Folha de Presenças, a Grelha de Avaliação Inicial, a Grelha de Avaliação Sumativa das Atividades Físicas, a Grelha de Avaliação da Aptidão Física e a Grelha de Avaliação Sumativa Final. No Anexo 16 é considerada a avaliação de uma turma, como exemplo (Avaliação 8ºE).

Os instrumentos construídos tiveram em consideração as diversas formas de avaliação, que se distinguem pelo momento em que são implementadas no ano letivo e também pelo objetivo que pretendem atingir, podendo ser definidas as três formas seguintes:

- Avaliação Inicial (Diagnóstica);
- Avaliação Formativa;
- Avaliação Sumativa.

A Avaliação Inicial assume particular importância na orientação do processo de ensino-aprendizagem, pois trata-se de um instrumento de extrema utilidade na aferição dos diferentes níveis de prática de cada aluno e de cada turma, representando um indicador muito útil para a Planificação Anual, bem como, para a organização e adaptação dos conteúdos programáticos. Esta permite ainda diagnosticar a situação em que se encontra o aluno e, dessa forma, facilitar a previsão do nível que este conseguirá atingir, ajudando o traçar de objetivos que vão ao encontro das suas necessidades. “A avaliação inicial assume, assim, como objetivos fundamentais diagnosticar para prognosticar e prognosticar para projetar, diferenciadamente. (Araújo, 2007)”.

Tendo em conta o modelo de lecionação adotado pelo departamento de EF (por Etapas), a Avaliação Inicial é realizada no início do ano letivo, incidindo em todas as matérias a lecionar, de forma a diagnosticar o nível em que cada aluno se encontra, e da turma em geral, permitindo posteriormente adequar o processo ensino-aprendizagem às suas necessidades. Com esta avaliação procuramos analisar critérios básicos e críticos, de forma a minimizar a quantidade de componentes a avaliar, de preferência somente o estritamente necessário, por questões operacionais, de gestão do tempo, de técnicas avaliativas e, sobretudo, de análise do que é imprescindível para a evolução dessas capacidades. Com base nos resultados obtidos procedemos posteriormente à

planificação da prática docente. Assim, a Avaliação Inicial visa, principalmente, diagnosticar as dificuldades e limitações dos alunos face às aprendizagens previstas, e prognosticar o seu desenvolvimento de forma a adequar os objetivos e conteúdos programáticos às necessidades educativas dos alunos.

Uma vez que o corpo docente no CMB é muito estável e que existe continuidade pedagógica ao longo dos ciclos, associado ao facto de grande parte dos alunos realizarem a maior parte do seu percurso escolar no colégio, a Avaliação Inicial é muitas vezes um processo rápido, pois a maior parte das vezes os professores já conhecem os alunos. Por esta razão, o processo de Avaliação Inicial é por mim encarado e utilizado com vista a obtenção de alguns objetivos que complementam todo o processo de ensino-aprendizagem, nomeadamente:

- Criar um bom clima de aula, ensinar/relembrar rotinas de organização e normas de funcionamento;
- Avaliar pré-requisitos e níveis de prestação dos alunos, revendo aprendizagens anteriores;
- Diferenciar os níveis de prática e de necessidades individuais e coletivas, bem como as respetivas possibilidades de desenvolvimento no conjunto das matérias;
- Identificar os alunos com mais dificuldades e as matérias prioritárias;
- Ajustar os objetivos programáticos definidos, adequados aos níveis de prestação dos alunos;
- Identificar aspetos críticos no tratamento de cada matéria e na organização da turma (formas de organização, questões de segurança, formação de grupos, ...);
- Possibilitar a elaboração de todo o planeamento docente.

Importa referir que o Protocolo de Avaliação Inicial das Atividades Físicas definido pelo departamento de EF contempla como situações de avaliação, situações de aprendizagem previstas para essas matérias no nível imediatamente anterior ao previsto para esse ano de escolaridade, sendo o confronto entre os conteúdos/objetivos programáticos previstos nesse nível e a prestação dos alunos, o objeto dessa avaliação.

No que diz respeito à Avaliação Formativa, esta permite o estabelecimento de metas intermédias que favoreçam a confiança própria na prossecução do sucesso educativo,

bem como a adoção de novas metodologias e medidas educativas de apoio ou de adaptação curricular, sempre que sejam detetadas dificuldades ou desajustamentos no processo de ensino-aprendizagem.

De acordo com os PNEF, a Avaliação Formativa consiste na recolha e tratamento, com carácter sistemático e contínuo, dos dados relativos às várias áreas de avaliação, nomeadamente as Atividades Físicas, a Aptidão Física e os Conhecimentos dos alunos. Estes revelam as capacidades e atitudes desenvolvidas, bem como as destrezas dominadas, permitindo ajudar o aluno a compreender e a objetivar metas intermediárias e fornecer ao professor feedbacks sobre as metodologias adotadas, traduzindo-se de forma descritiva e qualitativa, podendo utilizar perfis de aproveitamento ou registos estruturados de avaliação. Desta forma, “a avaliação formativa adota aqui uma dupla vertente: para o professor, orientando e regulando o seu ensino, permitindo o ajuste dos planos ao constatar os progressos dos seus alunos; para o aluno, vai verificando os seus progressos e ajudando a gerir a aprendizagem, em função das metas pré-estabelecidas. Araújo, 2007)”.

Com os dados da Avaliação Formativa procuro então perceber o estado de cumprimento dos objetivos definidos, desempenhando uma ação de controlo e ajustamento permanente, distinguindo-se por uma articulação estreita com o processo de ensino-aprendizagem. Esta pode ocorrer continuamente em todas as aulas, sendo resultado da interação com os alunos, manifestando-se constantemente nos feedbacks emitidos, na adaptação das tarefas, na reorganização dos grupos e na disciplina (Avaliação Formativa Informal), ou sob a forma de balanço da atividade no final de uma aula ou de um conjunto de aulas, de forma a ratificar a avaliação contínua e permitindo tomar decisões relativamente à regulação do trabalho realizado (Avaliação Formativa Formal).

Relativamente à Avaliação Sumativa, esta pressupõe a qualidade do processo de ensino-aprendizagem e traduz-se num juízo global sobre o desenvolvimento dos conhecimentos, capacidades e atitudes do aluno, tomando como referência os objetivos e finalidades estabelecidos pelo Ministério da Educação para os diferentes níveis de ensino, assim como, tendo em conta a especificidade do contexto do colégio e os objetivos mínimos definidos pelo departamento de EF do CMB. Assim, este processo confronta os objetivos definidos para cada um dos períodos e cada ciclo com o desenvolvimento global do aluno, ou seja, situa o aluno face aos objetivos estabelecidos.

A Avaliação Sumativa consiste então na verificação e certificação do sucesso do aluno, permitindo realizar o balanço do seu aproveitamento, classificando os resultados obtidos ao longo do processo (nota). Apesar da sua importância, não posso deixar de referir que o processo avaliativo não deve resultar só dos resultados retirados nas aulas dedicadas exclusivamente à avaliação, mas também da conjugação dos dados obtidos nas duas modalidades de avaliação (Formativa e Sumativa), emergindo daí a classificação que traduz a efetiva aprendizagem de cada aluno. Assim, de acordo com os dados recolhidos, a avaliação é expressa de forma quantitativa, segundo os critérios de avaliação definidos pelo departamento de EF.

A Avaliação Sumativa é efetuada, ordinariamente, no final de cada um dos períodos letivos e no final do ano, formalizando-se na reunião do Conselho de Turma.

De acordo com a legislação em vigor, no final de cada período, a autoavaliação é integrada como estratégia reguladora da aprendizagem dos alunos. Assim, na última aula de cada período, todos os alunos realizam um balanço e análise daquele que foi o seu desempenho na disciplina de EF e procedem à respetiva autoavaliação.

1.4 Identificação e vivência do Projeto Educativo

O CMB, sendo um instituição de carácter privado, possui uma filosofia e identidade próprias, que se encontram bem caracterizadas e definidas no seu PE. Assim, a concretização das finalidades nele preconizadas exige a convergência de intenções, convicções e dedicação por parte de todos os intervenientes no processo educativo, sendo a participação coordenada e responsável destes intervenientes e a união dos seus esforços imprescindível para a construção e formação desta comunidade educativa.

Como docente no CMB e, por isso, tendo um papel ativo no processo de construção da respetiva comunidade educativa, procuro reger as minhas ações seguindo as linhas orientadoras do seu PE, usando metodologias que vão ao encontro dos princípios nele contemplados.

Na qualidade de ex-aluna do colégio, sendo conhecedora do trabalho que aí se desenvolvia, essa postura e atitude foi relativamente fácil de assumir, uma vez que me encontrava bastante identificada com a realidade do colégio e com o seu contexto

particular, bem como com as rotinas, procedimentos e dinâmicas quotidianas que permitem levar a cabo os valores propostos no seu PE.

Desta forma, no meu papel enquanto docente, para além da aquisição dos conhecimentos específicos da minha área de intervenção, procuro adotar comportamentos que estimulem os alunos a adquirir os valores que o colégio preconiza.

Considerando esses valores e encarando a educação como um todo, procuro incutir comportamentos, conhecimentos e práticas que promovam o respeito, a solidariedade e a tolerância, através da interação e inclusão dos alunos, levando-os a perceber e a respeitar a diferença. A EF é, sem dúvida, uma disciplina privilegiada para fomentar estes valores, através da constante necessidade de constituição de grupos e de um trabalho de equipa nas variadíssimas situações de aula.

Além disso, procuro ainda, dentro do possível, sensibilizar e guiar os alunos na necessidade e importância da sua autonomia, atribuindo a responsabilidade em algumas situações específicas das aulas e promovendo a capacidade crítica e a vontade de conhecer, sugerindo tarefas que impliquem a sua análise e envolvimento e partilhando objetivos comuns, que os responsabilize e incentive na vontade de alcançar compromissos.

Assim, procuro que os efeitos do ensino das atividades inerentes à disciplina de EF não se prendam exclusivamente com a aquisição de habilidades motoras ou de capacidades físicas, mas pressuponho também, como outro dos objetivos da minha intervenção, a formação dos alunos através da EF, incutindo valores morais, éticos e de cidadania que os acompanhe ao longo da vida.

1.5 Procura de informação e atualização de conhecimentos

Reconhece-se à formação contínua de professores um papel crucial na valorização da profissão docente, no desenvolvimento organizacional das escolas e na melhoria das aprendizagens dos alunos. Desta forma, uma atitude participativa e informada, sustentada na procura constante de informação científica precisa e atualizada, de abordagens que permitam ajudar o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social dos alunos e de conhecimentos sobre o pensamento, tendências e práticas inovadoras na educação, são a base de uma prática pedagógica profissional, responsável e competente.

Partilhando este pensamento, depois de concluir a minha formação académica na Faculdade de Motricidade Humana (FMH), na qual adquiri os conhecimentos que serviram como base de trabalho no início da carreira docente, posteriormente, ao longo dos anos, responsabilizei-me por assegurar a minha formação contínua, suficientemente diversificada, de modo a assegurar o aprofundamento e atualização dos conhecimentos e competências profissionais.

Desta forma, assumindo a atualização científica e pedagógica como uma preocupação constante e encarando-a como uma forma de poder melhorar o meu desempenho, procurei manter-me atualizada, no sentido de conseguir, durante a lecionação das minhas aulas, ter um evidente conhecimento das matérias e explicar com clareza as áreas do meu domínio científico.

Para isso, a nível individual, para além da consulta de bibliografia específica, procurei frequentar ações de formação, no sentido de conseguir uma contínua atualização ao nível dos conteúdos e das matérias curriculares que leciono, bem como, o colmatar de fraquezas nalguns domínios e a melhoria de práticas pedagógicas. Confesso que este procedimento foi mais incisivo numa fase inicial de carreira, onde a frequência em ações de formação era mais regular, face às maiores dificuldades sentidas em algumas matérias que não fizeram parte da minha formação inicial, no sentido de conseguir dar uma resposta adequada às necessidades inerentes à profissão. Nos últimos anos, a maior parte das ações de formação frequentadas foram principalmente a nível interno e, na sua maioria, tinham como objetivo diversificar e complementar a minha formação, dando resposta a outras competências para além das matérias de lecionação. Assim, as ações frequentadas foram as seguintes:

- **2011 – Processos de Avaliação dos alunos (CMB, Lumiar)** – tendo sido uma ação generalista sobre os processos de avaliação dos alunos, acabou por não ter grande transpore para aquele que é o processo de avaliação utilizado na disciplina de EF. Assim, as formas de avaliação apresentadas são coincidentes mas os meios utilizados para operacionalizar essa avaliação não se aplicam na abordagem específica da disciplina de EF;
- **2012 – Detecção de alunos com necessidades educativas especiais (CMB, Lumiar)** – a existência de um ensino inclusivo traz ao colégio, cada vez mais, alunos com necessidades educativas especiais e a disciplina de EF, trabalhando competências muito específicas, poderá ser um meio privilegiado para detetar

algumas delas. Além disso, tendo em conta que, muitas vezes, a deteção precoce dessas mesmas necessidades poderá fazer toda a diferença no trajeto e percurso escolar desses alunos e que muitos professores, na sua formação, não tiveram contemplada esta vertente, esta ação mostrou ser bastante proveitosa na sensibilização para essa questão e na forma como lidar com essas necessidades;

- **2012 – Formação em software de elaboração de horários – Untis (Escola Secundária José Gomes Ferreira, Benfica)** – esta formação teve um carácter obrigatório para todos os elementos da equipa de elaboração de horários do colégio. Assim, serviu essencialmente para perceber toda a lógica de funcionamento do *software* de elaboração de horários que, devidamente utilizado, é sem dúvida uma ferramenta muito útil, facilitando esse processo, que por si só é bastante complexo;
- **2013 – Workshop de Ritmos Latinos (CMB, Lumiar)** – não sentindo grandes necessidades na formação a este nível, a participação neste workshop surgiu por ser uma atividade organizada pelo departamento, a pedido de outros professores que sentiam algumas lacunas a este nível, levando ao colégio uma formadora nesta área, sendo aberto também a outros professores das diferentes áreas disciplinares;
- **2013 – Formação em software de elaboração de horários (reciclagem) – Untis (Escola Secundária José Gomes Ferreira, Benfica)** – esta formação acabou por funcionar como uma atualização ao nível do funcionamento do *software* de elaboração de horários, que tem vindo a sofrer algumas alterações e melhorias, de acordo com necessidades sentidas pelas escolas, facilitando a sua utilização.

Como Coordenadora do departamento de EF, no sentido de ir ao encontro das necessidades de formação do grupo de uma maneira geral, organizei ainda momentos e ações internas que permitissem a reflexão e a partilha de experiências e conhecimentos entre pares. Algumas delas tiveram como objetivo rever matérias que fazem parte do PC da disciplina de EF, nas quais alguns professores do departamento têm mais dificuldades (ex: Dança), enquanto que outras serviram essencialmente para uniformizar procedimentos entre os diferentes professores do grupo (Procedimentos na realização dos testes de avaliação da Aptidão Física - Bateria de testes Fitnessgram). Estes momentos permitiram partilhar também procedimentos e metodologias de intervenção,

face às condições existentes para a lecionação das aulas, assumindo um papel relevante no enriquecimento ao nível dos conteúdos e no aumento do leque de abordagens e de situações de aprendizagem possíveis.

2 COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS E DE CONDUTA

Ser docente numa instituição, para além da função da lecionação propriamente dita, implica participar na realização de outras tarefas adicionais, necessárias ao seu funcionamento geral, pressupondo uma série de competências profissionais e de conduta que implicam, muitas vezes, um trabalho de equipa e de cooperação com outros colegas. Assim, para a concretização de objetivos muito grandes, um conjunto de pessoas a trabalhar juntas, em harmonia, para alcançar uma meta comum, poderá conduzir a um trabalho mais eficaz, melhorar a produtividade e conseguir melhores resultados do que se o realizassem separadamente. O esforço da cooperação produz, desta forma, um efeito combinado que permite o alcance de objetivos que seriam muito difíceis de conseguir individualmente.

2.1. Trabalho de equipa e cooperação interáreas

Nos últimos quatro anos, no que diz respeito à minha intervenção em situações que impliquem o trabalho de equipa com outros colegas e/ou a cooperação interáreas, podem destacar-se principalmente três, nomeadamente:

- Professora do grupo/equipa de DE de Desportos Gímnicos, em que trabalho diretamente com outro professor de EF;
- Coordenadora do departamento de EF;
- Participação na equipa de elaboração de horários do colégio, nos últimos dois anos.

No que diz respeito à função de professora do grupo/equipa de DE de Desportos Gímnicos, uma vez que os Desportos Gímnicos são uma modalidade com muita tradição no colégio, o número de alunos inscritos neste grupo implica a existência de dois

professores que assegurem os treinos desta modalidade, trabalhando em parceria pedagógica. Para levar a cabo esta função existe a clara necessidade de uma constante partilha de conhecimentos científicos e de um trabalho cooperativo com o meu colega, para resolver todas as questões relacionadas com os aspetos inerentes ao funcionamento destas atividades.

De acordo com os diferentes objetivos das várias etapas, na realização dos treinos trabalhamos em conjunto para o alcance das metas definidas, podendo no mesmo treino responsabilizarmo-nos por tarefas distintas ou estar envolvidos nas mesmas tarefas, quando estas implicam a cooperação dos dois professores (ex.: ajudas em exercícios mais complexos).

Esta atividade implica ainda a preparação, divulgação e acompanhamento num conjunto de eventos que estão inerentes à sua existência, nomeadamente as exposições contempladas no Plano Anual de Atividades do colégio e a participação nos Torneios de Desportos Gímnicos, no âmbito do DE, organizados pela DREL.

No que diz respeito ao cargo de Coordenadora de departamento de EF, este implica um constante trabalho de equipa, relacionando-me e cooperando com os outros professores de EF na concretização de todas as tarefas, procedimentos e dinâmicas que permitem o funcionamento da disciplina de EF. Além disso, este cargo implica ainda a minha participação no Conselho Pedagógico, trabalhando diretamente com os Diretores Pedagógicos do colégio e com os Coordenadores dos diferentes Departamentos Curriculares, na decisão e resolução de todas as questões de carácter pedagógico, nomeadamente na elaboração e aprovação do PE e do RI, na definição e aprovação dos Critérios de Avaliação dos diferentes departamentos e do Plano Anual de Atividades, na elaboração de propostas de reformulação curricular e na adequação do currículo nacional à realidade do colégio. Esta participação implica ainda a minha intervenção na discussão e análise de avaliações dos alunos, na discussão de elementos de avaliação do pessoal docente, bem como na proposta de ações de formação de professores, de acordo com as necessidades manifestadas pelos docentes, bem como nas propostas de aquisição de equipamento e materiais didáticos que visem a inovação e a qualidade do processo ensino-aprendizagem.

Esta função implica servir de elemento intermediário entre os professores de EF e órgãos superiores do colégio, representando o grupo de EF e procurando assegurar as condições necessárias ao bom funcionamento da disciplina de EF. No entanto, este papel

nem sempre é fácil porque, por um lado, a EF, pela sua especificidade, tem uma série de condicionalismos e questões associadas ao seu funcionamento, alheios aos professores que não trabalham diretamente com essas condições, que são muitas vezes encarados como meros caprichos. Assim, todas as questões relacionadas com o funcionamento da disciplina têm frequentemente que ser lembradas e argumentadas, quando estão a ser discutidas questões de funcionamento global do colégio, como sejam por exemplo a construção dos horários ou procedimentos relativos a recreios, que por vezes não são fáceis de transmitir, pela incapacidade ou falta de vontade de compreensão por parte de outros intervenientes nesses processos. Além disso, como representante de um grupo, procuro transmitir aquelas que são as posições e opções do grupo na sua maioria, o que nem sempre quer dizer que essas sejam as minhas convicções pessoais.

Por último, nos últimos dois anos, como elemento da equipa de construção de horários, trabalhei diretamente com um professor de Matemática na elaboração de todos os horários do colégio, à exceção da Pré-escola. Assim, desde os horários de todos os Ciclos do Ensino Básico aos do Ensino Secundário, depois da respetiva distribuição do serviço pelo Diretor Pedagógico, asseguramos a distribuição das disciplinas que constituem o horário das diferentes turmas, de acordo com a carga letiva definida para cada uma dessas disciplinas, bem como com a mancha horária definida para os vários ciclos de ensino. Este é um processo complexo, uma vez que tem que ter em conta todos os condicionalismos de funcionamento do colégio, de uma maneira geral, e de todas as disciplinas em particular (ex.: espaços disponíveis para a EF, laboratórios, horários de almoços, lanches e recreios), funcionando como um autêntico puzzle.

Neste papel, numa primeira instância, tentamos ir ao encontro dos horários que melhor servem as necessidades dos alunos e, se possível, conciliar com melhores horários para os professores, o que nem sempre é um jogo fácil e tenho a noção que, dificilmente, capaz de agradar a todos. No entanto, a relação estabelecida com o professor com quem assegurei esta tarefa foi de absoluta cooperação e o trabalho de equipa desenvolvido mostrou-se muito produtivo e gratificante, não existindo nos últimos anos praticamente problemas de funcionamento ou queixas inerentes à construção e distribuição dos horários.

No caso particular da disciplina de EF, considerando o bom funcionamento do departamento e tendo em conta todas as questões inerentes à realidade de

funcionamento do colégio, de uma maneira geral, na elaboração dos horários da disciplina de EF tenho o cuidado de considerar os seguintes aspetos:

- Às 8 horas da manhã, máximo de três turmas a ter aulas porque, no Inverno, a essa hora, está muito frio e tenta-se evitar aulas no exterior;
- Ensino Secundário com aulas preferencialmente das 11h30 às 13h00, uma vez que são os únicos anos que podem ocupar esse bloco completo, pois os 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico vão almoçar às 12h15. Dessa forma, colocar Secundários noutros tempos sobrecarrega esses horários e deixa depois o último tempo da manhã sem aulas;
- Entre as 13h45 e as 14h30 (intervalo de almoço 1º Ciclo do Ensino Básico), máximo de duas turmas em aula, porque os campos exteriores estão ocupados com o recreio do 1º Ciclo (exceto campo desportivo inferior);
- No intervalo do lanche do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico (das 15h15 às 15h40), máximo de três turmas de 1º Ciclo em aulas, porque os campos exteriores estão ocupados com recreios (exceto campo desportivo inferior);
- Depois das 16h00, máximo de duas turmas a ter aulas de EF porque, no Inverno, está frio e fica de noite, não podendo existir aulas no exterior;
- Nos restantes tempos (segundo e terceiro blocos da manhã), máximo de quatro turmas a funcionar, devido ao número de espaços de lecionação existentes para as aulas de EF e respetiva capacidade dos balneários;
- Aulas de 1º Ciclo do Ensino Básico a funcionar à tarde, porque no Inverno são os horários com a temperatura mais alta;
- Preferencialmente, não juntar na mesma mancha horária alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico com alunos mais velhos, uma vez que as vigilantes têm que estar nos balneários para ajudar a vestir;
- No mesmo horário, agrupar as turmas duas a duas, com níveis aproximados, porque quando as condições climatéricas são adversas, estas poderão juntar-se no ginásio, reduzindo consideravelmente a necessidade de ir com os alunos para a sala de aula lecionar aulas teóricas, numa disciplina que deve ser eminentemente prática;
- Para a mesma turma, aulas de EF com dias de intervalo (favorece consolidação de aprendizagens e respeita os princípios da carga de treino);

- A mesma turma não ter as duas aulas semanais no primeiro bloco da manhã ou no último tempo da tarde, uma vez que é o horário com as piores condições climáticas no Inverno;
- Existir continuidade pedagógica nos ciclos, uma vez que permite que os professores conheçam melhor os alunos e que já estejam à partida rotinas e métodos de trabalho estabelecidos, o que facilita o processo de lecionação e minimiza problemas com avaliações.

A participação de um professor de EF na equipa de elaboração de horários foi uma vitória no funcionamento da disciplina, permitindo salvaguardar à partida uma série de fatores associados à construção dos horários que, sendo problemáticos, condicionavam bastante toda a lecionação, sendo atualmente praticamente inexistentes.

3 COMPETÊNCIAS SOCIAIS E DE RELACIONAMENTO

3.1 Relação com os alunos e encarregados de educação

Acredito que a relação estabelecida entre o professor e os alunos influencia, decisivamente, a forma como estes se envolvem no processo ensino-aprendizagem, podendo constituir um fator de motivação e assumindo um papel relevante nas suas aprendizagens. Assim, a qualidade e os impactos do processo de ensino-aprendizagem, em grande medida, não dependem apenas da seleção de conteúdos, organização e sistematização didática do trabalho, mas da relação de proximidade e empatia construída entre o professor e os alunos.

O sucesso do processo ensino-aprendizagem supõe então a construção de relações que vão além dos conteúdos estabelecidos pelo professor e das estratégias didático-pedagógicas adotadas. A construção dessas relações depende da conceção da prática docente, no que se refere ao próprio processo de ensino-aprendizagem, e ao modo como o professor vê os alunos e o seu lugar e papel na ação pedagógica.

A questão da excelência do processo de ensino-aprendizagem não pode ser garantida apenas pelo professor, mas supõe a participação efetiva do aluno. No entanto, “o modo de agir do professor em sala de aula, mais do que as suas características de personalidade, colabora para uma adequada progressão dos alunos. (Abreu e Masseto,

1990)”. Deste modo, as estratégias que o professor implementa, no sentido de fazer com que os alunos apresentem interesse e vontade de aprender os conteúdos que ministra e as atividades que realizam, assume um papel decisivo na sua aprendizagem.

A relação entre professor e aluno depende, fundamentalmente, do clima estabelecido pelo professor. Deste modo, na minha opinião, a relação professor/aluno não deve ser uma relação de imposição, mas sim, uma relação de cooperação, de respeito e de crescimento, em que o aluno deve ser considerado como um sujeito interativo e ativo no seu processo de construção de conhecimento. Nesse sentido, penso que uma concepção autoritária, naturalmente, vai produzir um tipo de relação também autoritária com os alunos, estabelecendo-se uma relação pautada pela inexistência de diálogo. Assim, o aluno é visto como objeto da ação pedagógica e não como sujeito. Por outro lado, penso que uma concepção mais democrática, que permita a possibilidade de diálogo e que integre os alunos no processo de ensino-aprendizagem, fomentando relações de proximidade, empatia e respeito mútuo, favorece o alcance dos objetivos da ação pedagógica.

No entanto, considerando que esta é uma atitude que, regra geral, favorece as aprendizagens, penso que o professor não se deve colocar ao nível dos alunos, salvaguardando sempre o distanciamento necessário que deixe claro o papel de cada um. Este foi um aspeto que, nos primeiros anos em que lecionei senti muita necessidade, pois sendo ainda relativamente nova, muitas vezes os alunos, principalmente do Ensino Secundário, não conseguiam distinguir esses papéis, levando a que essa distância tivesse que ser bem definida. Ao longo dos anos, tenho sentido que esta necessidade se tem vindo a atenuar, sendo que a relação estabelecida varia de acordo com as características dos diferentes alunos e turmas.

Consoante a faixa etária dos alunos considero que essa relação também tem, necessariamente, que ir sofrendo alterações, existindo a necessidade de ajustar comportamentos, atitudes e formas de abordagem, com nuances bem identificadas em que, basicamente, com o avançar da idade dos alunos, a relação estabelecida terá que avançar para a autonomia, para a liberdade possível numa abordagem global, trabalhando o lado positivo dos alunos e a formação de um cidadão consciente dos seus deveres e das suas responsabilidades.

Além da idade, também o conhecimento sobre o desenvolvimento físico, social e cognitivo dos alunos deverá ser considerado pelo professor na sua forma de agir,

estabelecendo interações positivas e demonstrando preocupação e respeito para com os mesmos, adotando estratégias pedagógicas de diferenciação, conducentes ao sucesso de cada aluno.

Confesso que dou relativa importância à questão da disciplina, por um lado porque é uma das finalidades assumidas no PE do colégio e, por outro, porque, não sendo necessário assumir uma postura autoritária, acredito que a ordem e o rigor são uma ferramenta útil na promoção da aprendizagem. Assim, procuro que este aspecto seja alcançado através do estabelecimento de regras e rotinas de funcionamento, assegurando que os alunos conhecem os regulamentos existentes, envolvendo-os no processo e responsabilizando-os pelos seus comportamentos. Desta forma, no início do ano letivo, tenho a preocupação de apresentar e explicar as regras de funcionamento da disciplina e no decorrer das aulas procuro implementá-las, assumindo uma intervenção preventiva e adotando estratégias que evitem a ocorrência de comportamentos desviantes. No entanto, quando estes ocorrem, considero fundamental ser coerente nos procedimentos adotados, sendo justa e constante na forma de agir e na capacidade de lidar com os comportamentos inadequados, adequando corretamente a respetiva punição, quando esta é necessária.

Embora assumo que procuro promover a disciplina, tenho consciência que a realidade do colégio é muito privilegiada, sendo constituída por alunos de extratos socioeconómicos médio/altos, com Encarregados de Educação, na sua maioria, presentes e preocupados com as questões escolares dos seus educandos. Além disso, sendo este um aspecto assumido no colégio como muito importante na formação dos alunos e, por isso, trabalhado desde cedo e acompanhando-os ao longo do percurso escolar, a ocorrência de situações de indisciplina graves, que comprometam a lecionação, é praticamente nula e os comportamentos normalmente existentes são de desvios em relação ao que é proposto que, regra geral, com a devida chamada de atenção e sua reorientação para as tarefas, é o suficiente para resolver a situação.

Todas as estratégias e decisões tomadas procuram desenvolver um clima de aula positivo, fomentando a participação ativa dos alunos, promovendo interações educadas e respeitadas entre eles e estabelecendo relações professor-aluno gratificantes e que favoreçam a aprendizagem.

No que diz respeito à relação com os Encarregados de Educação, uma vez que nunca assumi o cargo de Diretora de Turma no colégio, que acaba por ser aquele que permite

um maior contato com os mesmos, as relações estabelecidas são muito pontuais, para esclarecimento de alguma avaliação ou situação, estando sempre disponível para esse tipo de questões e procurando promover o compromisso efetivo dos Encarregados de Educação na concretização de estratégias de apoio à melhoria e sucesso dos alunos.

Tendo em conta que as hierarquias de funcionamento são normalmente respeitadas e que, quando existe necessidade deste tipo de esclarecimentos, a primeira abordagem passa sempre primeiro pelos Diretores de Turma e Professores Titulares, no caso do 1º Ciclo do Ensino Básico, a relação com os Encarregados de Educação surge, num ou outro momento, em atividades que envolvam a sua participação. No entanto, como uma grande parte dos alunos realiza todo o seu percurso escolar no colégio, ou uma grande parte dele, ao longo dos anos acabamos por ir conhecendo alguns Encarregados de Educação e estabelecendo relações mais próximas com os mesmos.

3.2 Envolvimento com a Comunidade Educativa

Quando estamos inseridos numa comunidade educativa, não nos podemos cingir à operacionalização daquelas que são as tarefas individuais para o cumprimento da nossa intervenção pessoal. Assim, como membro dessa comunidade e, desta forma, elemento interveniente e condicionador na sua construção, temos que procurar envolver-nos no contexto em que estamos inseridos, adotando estratégias e participando em situações que tenham em vista o seu funcionamento global. Só assim, com o esforço conjunto de todos os seus intervenientes, é que se torna possível construir e tornar suficientemente sólidos os pilares que sustentam uma verdadeira comunidade educativa.

Tendo em consideração que o reconhecimento dos esforços e dos sucessos de todos os elementos que a constituem assume particular importância na união e na adoção de um espírito de equipa, em que todos trabalham e participam para um objetivo comum, que passa essencialmente por contribuir para o sucesso educativo dos alunos e do alcance dos princípios e objetivos pressupostos no respetivo PE do colégio, tem sido minha intenção contribuir para uma boa relação com a comunidade, pautada pela cordialidade e respeito, colaborando com as estruturas de educação educativa, órgãos de gestão do colégio, restantes docentes e encarregados de educação, de modo a promover o bom funcionamento e a melhoria de todos os aspetos relacionados com o colégio, na sua globalidade. Assim, ao longo dos anos, participei num conjunto de atividades,

direcionadas quer para os alunos quer para a comunidade de uma maneira geral (encarregados de educação, docentes, funcionários, etc...), algumas delas já contempladas no respetivo Plano Anual de Atividades quando comecei a lecionar no colégio, outras posteriores à minha entrada e algumas, inclusivamente, por mim implementadas.

Desta forma, o departamento de EF contribui de forma bastante significativa para o Plano Anual de Atividades do colégio, com várias atividades que constituem o Plano Anual de Atividades da disciplina de EF (apresentado no Anexo 17), bem como noutros projetos propostos, que procuram constituir oportunidades adequadas para os alunos, encarregados de educação e membros da comunidade educativa partilharem a sua aprendizagem, conhecimentos e competências, criando e promovendo situações que visem o envolvimento e participação dos seus vários elementos, no sentido de promover a sua união e consolidação.

Dessas atividades, daquelas onde a minha participação tem sido mais relevante, podem ser destacadas as seguintes:

- a) ***Professora responsável e dinamizadora do grupo/equipa de DE de Desportos Gímnicos***, no qual os alunos participantes têm a oportunidade de adquirir aprendizagens específicas, melhorar o nível técnico e aprofundar os seus conhecimentos na modalidade de Desportos Gímnicos. Este grupo está dividido em três classes, nomeadamente Ginástica 1º Ciclo, Trampolins e Ginástica Acrobática. A Ginástica 1º Ciclo é constituída por 30 alunos, do 3º e 4º anos, tendo como principais objetivos a promoção da prática da ginástica, em idades favoráveis a um adequado desenvolvimento psicomotor, e a preparação atempada de alunos que venham, eventualmente, a fazer parte das outras classes. Esta classe tem sempre uma enorme adesão por parte dos alunos, inscrevendo-se todos os anos cerca de 70 mas que, por razões de segurança, uma vez que não existem mais recursos quer humanos, quer espaciais, quer temporais para poder alargar esta oferta, apenas podem participar 30 alunos, que depois de um mês de prática são seleccionados e dão continuidade ao longo do ano. No sentido de contornar esta situação, já foi várias vezes proposta a possibilidade de aumentar o número de treinos disponíveis para esta classe, no sentido de poder abranger um maior número de alunos e dar resposta à respetiva procura. A classe de Trampolins, por sua vez, é constituída por cerca de 40

alunos, tendo como principais objetivos o desenvolvimento e aperfeiçoamento das habilidades e técnicas no Minitrampolim e no Tumbling, proporcionando uma série de vivências que vão desde os treinos propriamente ditos, à participação em torneios (componente externa), exibições e saraus gímnicos, em representação do colégio, nos quais os alunos têm a possibilidade de conviver e trocar experiências com alunos de outras escolas e de mostrar o trabalho desenvolvido e as aprendizagens adquiridas aos outros elementos da comunidade escolar. No que diz respeito à classe de Ginástica Acrobática, esta é constituída por cerca de 25 alunas e tem como principais objetivos o ensino das técnicas específicas da modalidade, designadamente quanto às principais pegas, montes e desmontes e a construção de coreografias compostas por figuras de equilíbrio e dinâmicas, que posteriormente são apresentadas em exibições e saraus. Esta classe, pela insuficiente carga horária, não participa com componente externa, uma vez que o tempo de prática não é suficiente para preparar e considerar todas as exigências requeridas nos Torneios do DE, organizados pela DREL. De uma maneira geral, este é um grupo com bastante tradição no colégio, no qual a procura dos alunos e a adesão à prática é bastante gratificante, existindo no entanto o aspeto penoso de não conseguir dar resposta a essa procura pela insuficiente carga horária disponível, face ao número de alunos que mostram o desejo de participar. Tratando-se de modalidades cuja pratica é condicionada à partida pelo material necessário e sendo o ginásio o único espaço com esse material disponível, a disponibilidade de recursos quer temporais quer espaciais está condicionada, não conseguindo dar resposta à procura dos alunos.

- b) Responsável pela organização e promoção de **Torneios Interturmas**, que decorrem ao longo do ano, dando oportunidade aos alunos de usufruir de um conjunto de experiências competitivas entre alunos de diferentes turmas e promovendo o espírito de equipa entre os elementos da mesma turma. Estes torneios estão divididos por ciclos de ensino, desde o 1º Ciclo do Ensino Básico até ao Ensino Secundário, e funcionam em diferentes dias da semana, no horário do intervalo do recreio do almoço, para os diferentes ciclos. Os diferentes professores do departamento de EF são responsáveis por um torneio, sendo este um tempo da sua componente não letiva. O leque de modalidades inseridas neste projeto já foi bastante variado, tendo o departamento experimentado, ao longo dos anos, vários formatos, que contemplavam várias modalidades, inclusivamente um Torneio Interturmas geral, que implicava a participação dos alunos em jogos de

várias modalidades, com um sistema de *ranking*, em que a turma ia acumulando pontos e que no final do ano o vencedor do torneio seria a turma com mais pontos. No entanto, uma grande parte das turmas apenas comparecia nos jogos de Futebol, deixando comprometida toda a lógica do Torneio. Assim, depois de experimentar vários modelos, o departamento acabou por optar por organizar nestes horários Torneios de Futebol e Basquetebol isolados, uma vez que são os que conseguem mobilizar mais alunos e mantê-los envolvidos ao longo do ano. Estes torneios pressupõem uma fase de poules, em que as equipas das várias turmas jogam umas contra as outras, resultando dessa fase que as equipas vencedoras vão disputar as meias finais, que funcionam como eliminatória para a final, que se realiza no final do ano, com a presença dos encarregados de educação que quiserem comparecer, com a respetiva entrega de prémios realizada pelos membros do Conselho de Gerência do colégio.

- c) Organização, divulgação e promoção do **Corta Mato CMB** que, sendo de carácter facultativo, consegue envolver a participação de cerca de 200 alunos todos os anos, permitindo o apuramento para o **Corta Mato de Lisboa**, dos primeiros seis classificados de cada escalão, proporcionando a esses alunos a possibilidade de representar o colégio num evento externo e a troca de experiências competitivas e de convívio com alunos de outras escolas.
- d) Organização e divulgação de atividades integradas no **Dia do Colégio**, que procuram envolver os vários elementos da comunidade educativa, num dia em que se celebra o aniversário do CMB. Assim, o departamento de EF organiza neste dia Workshops para alunos, docentes, funcionários e Encarregados de Educação (Ex: Ritmos), jogos alunos/ex-alunos, jogos professores/alunos, jogos alunos/encarregados e educação, que visam o envolvimento de todos, em ambientes de aprendizagem e convívio.
- e) Professora acompanhante no **Estágio de basquetebol feminino**, na Serra da Estrela que, não sendo uma atividade da minha responsabilidade, pressupõe normalmente a minha participação no acompanhamento e ajuda na lecionação dos treinos, dado o número elevado de alunas que normalmente se inscrevem e que obriga à mobilização de mais que um docente para esta atividade.
- f) Participação e Organização nas **Festas da EF e das Atividades Extra-curriculares (Saraus)**, que representam o término das aulas de EF e das

atividades extracurriculares e a oportunidade para os alunos das diferentes turmas e grupos/equipas mostrarem aos seus encarregados de educação, colegas, professores e a toda a comunidade escolar, um pouco do trabalho desenvolvido ao longo do ano. Desta forma, durante uma semana de atividade, os alunos apresentam exposições diversificadas, que vão desde esquemas gímnicos com saltos, bolas, arcos, tapetes e vários materiais utilizados nas aulas de EF, até às exposições específicas das atividades extracurriculares, nomeadamente, o Ballet, o Judo, as Danças Latinas, bem como das classes de DE de Desportos Gímnicos. Os saraus pressupõem o envolvimento e dedicação de uma grande parte da comunidade educativa, estando no entanto sempre sujeita a sua realização às condições climáticas, uma vez são realizados no exterior, pois é o único espaço com dimensões que possa suportar o número de pessoas envolvidas. No sentido de minimizar as incertezas daí resultantes, o departamento de EF já sugeriu vários anos o aluguer de um espaço exterior ao colégio, para a realização desta atividade. Tendo em conta que esta atividade é bastante antiga, estando contemplada já há muitos anos no Plano Anual de Atividades do colégio, o Conselho de Gerência é bastante determinado quanto à sua realização. No entanto, o departamento de EF considera o modelo utilizado um pouco ultrapassado e desenquadrado da realidade atual do colégio. Assim, considerando o caráter eclético que as aulas de EF devem ter, a realização dos Saraus com o formato atual implica que muitos anos passem grande parte das aulas de EF do terceiro período a treinar para esse efeito, o que compromete toda a organização das Planificações desses anos e, muitas vezes, o devido cumprimento das mesmas. Embora tenha consciência que os saraus funcionam como uma oportunidade para envolver uma grande parte da comunidade educativa e que agrada bastante aos encarregados de educação, penso que a aprendizagem dos alunos deveria constituir uma prioridade e, dessa forma, assumir outros modelos, à imagem de uma semana da EF, com uma série de atividades organizadas e direcionadas para os alunos e comunidade educativa, mas sem um caráter de exposição, que não implique um período de treino que comprometa a lecionação das aulas de EF. Podia nessas atividades, eventualmente, continuar a contemplar saraus, mas apenas dos grupos/equipa de DE e das atividades extracurriculares, sem um caráter obrigatório para as turmas dos diferentes anos.

- g) **Férias Desportivas**, que funcionam no mês de julho. Trata-se de um projeto apresentado por mim no ano em que assumi a coordenação do departamento de EF, que pressupunha a participação de alunos de todos os ciclos de ensino, mas que foi apenas aceite pela Entidade Titular para alunos da Pré-escola, alegando que essa atividade iria concorrer com outras já existentes. Não partilhando dessa opinião e encarando esta atividade como mais uma possibilidade de oferta, aumentando o leque de opções para os alunos, esta proposta surge como uma resposta a uma realidade concreta, que resulta de uma necessidade por parte dos Encarregados de Educação de manterem os seus educandos ocupados após o término das aulas e observando que muitos dos nossos alunos iam frequentar atividades noutros locais. Englobando uma série de atividades asseguradas pelo departamento de EF, os alunos inscritos têm a oportunidade de experimentar e participar num conjunto de experiências desportivas diversificadas ao longo de uma semana. Tendo o seu início no ano letivo de 2010-2011, nos três anos em esta atividade decorreu, a adesão foi considerada muito boa, com cerca de 60 alunos apenas da Pré-escola a participarem e, inclusivamente, alguns alunos a participarem em mais que uma semana. Atendendo à realidade profissional atual dos Encarregados de Educação e estando inseridos num contexto socioeconómico que permite este tipo de complementos, o departamento de EF considera que seria uma mais valia para o colégio alargar este projeto aos vários anos de escolaridade.

Para além da participação em atividades contempladas no Plano Anual de Atividades e noutros projetos do colégio, também a participação e colaboração com os órgãos de gestão e restantes estruturas educativas permitem e visam o meu envolvimento com a comunidade educativa. Assim, como Coordenadora do Departamento de EF, cargo que assumi desde o ano de 2010-2011, sendo responsável pela articulação entre o grupo de EF e as restantes estruturas educativas, procurei promover a participação do grupo na análise crítica da orientação pedagógica, aspeto que confesso que nem sempre ser fácil, uma vez que não tendo que dar diretamente a cara na relação com estruturas superiores, os restantes elementos do grupo de EF nem sempre colaboraram de forma ativa na análise e sugestão de considerações relacionadas com aspetos mais gerais de funcionamento do colégio, acabando por estar sempre mais envolvidos nos aspetos inerentes ao funcionamento do departamento de EF propriamente dito. Para contrariar esta postura, procurei enviar sempre antecipadamente os documentos em questão, dando margem para uma leitura e análise e promovendo posteriormente em reunião de

departamento a sua discussão, estimulando a participação e o envolvimento de todos. Dessa forma, procurando ter sempre presente aquelas que eram as posições e opiniões do departamento de EF, a minha participação no Conselho Pedagógico implicou o envolvimento numa série de tomadas de decisão, análise de resultados e procedimentos, construção e análise de documentos orientadores da vida do colégio (PE e RI), bem como na análise e desenvolvimento de medidas de orientação pedagógica, apresentando sugestões de alteração e novas propostas que levassem a uma melhoria do funcionamento do colégio, dos seus resultados enquanto agente educativo, bem como do seu desempenho geral.

A participação nas reuniões de Conselho de Turma, nas quais são analisados e discutidos todos os assuntos relacionados com os alunos das diferentes turmas, procurando promover as melhores estratégias que levem ao sucesso e melhoria dos alunos, funcionam como outra forma de envolvimento na comunidade educativa.

4 COMPETÊNCIAS DE GESTÃO

As competências analisadas de seguida estão diretamente associadas e inerentes aos cargos de Coordenadora de Departamento de EF e do Desporto Escolar, por mim assumidos desde o ano letivo de 2010-2011.

O cargo de Coordenadora do Departamento de EF pressupõem promover a troca de experiências e a cooperação entre os professores do departamento de EF, bem como assegurar a articulação entre o departamento de EF e a Direção Pedagógica, nomeadamente na análise e desenvolvimento de medidas de orientação pedagógica. Neste sentido, inevitavelmente, a capacidade de liderança e de relacionamento surgem como competências inerentes a essa função.

Se entendermos a liderança como “a capacidade de suscitar a participação voluntária das pessoas ou grupos na persecução de objetivos definidos...” (Pellitier, citado em Rego e Cunha, 2005), esta assume um papel importante na forma como o grupo, como um todo, trabalha e está orientado para objetivos comuns.

Desta forma, procurando criar um bom clima de relacionamento com os outros professores de EF, adotei um estilo de liderança adaptado às suas diferentes

características, bem como um comportamento profissional que constituísse um exemplo para o grupo, levando ao respeito por parte de todos, no sentido de conseguir a sua colaboração para as diferentes questões inerentes às necessidades desta função.

Como representante do grupo, procurei mostrar apreço pelo bom desempenho dos professores do departamento, reconhecer e estimular boas práticas, estar disponível sempre que alguém necessite e defender os interesses do grupo em situações em que seja necessário justificar e/ou argumentar aspetos relacionados com o funcionamento do departamento. Esta atitude foi extremamente importante no reforço da confiança dos vários elementos que constituem o departamento, no trabalho por mim desenvolvido.

Como Coordenadora do Departamento de EF existiu também a necessidade de promover a planificação e avaliação das atividades do departamento e de propor ao Diretor Pedagógico o desenvolvimento de componentes curriculares e a adoção de medidas destinadas à melhoria das aprendizagens. Para a concretização desse objetivo, procurei incentivar a análise crítica dos métodos de trabalho, encorajando a inovação, e propus sugestões inovadoras de alterações nos métodos e formas implementados, reformulando procedimentos, de onde se podem destacar os seguintes:

- Alteração e definição de novos Critérios de Avaliação e do Protocolo de Avaliação, bem como elaboração das respetivas fichas de registo e grelhas de avaliação;
- Definição dos objetivos por ano e elaboração das respetivas Planificações Anuais;
- Gestão de espaços e equipamentos e elaboração da respetiva rotação de espaços;
- Elaboração, acompanhamento e avaliação do Plano Anual de Atividades de EF;
- Planeamento, organização e controlo das atividades do departamento e elaboração dos relatórios dessas atividades, bem como do relatório final de ano, no qual é apresentado uma análise de todo o funcionamento do grupo durante o respetivo ano letivo;
- Preparação, organização, promoção e divulgação da “Festa da EF e das Atividades Extracurriculares”.

No que diz respeito às atividades do departamento, são elaborados planos de trabalho, documentados, para as principais atividades, rentabilizando os recursos humanos e materiais e definindo calendários, etapas e objetivos, procurando previsões realistas e pontos de controlo e avaliação dessas atividades.

Outro aspeto fundamental na organização do departamento, passa pela delegação de tarefas e responsabilidades, no sentido de dar cumprimento a todas as questões necessárias ao seu funcionamento. Assim, na elaboração e distribuição de tarefas, procuro ir ao encontro das diferentes características e aptidões dos diferentes elementos do grupo, definindo especificamente as funções de cada um. Neste sentido, quer na organização das atividades, quer na elaboração de documentos inerentes ao funcionamento da disciplina, são distribuídas as várias formas de participação e as tarefas a desempenhar pelos diferentes docentes, sendo essas propostas definidas e aprovadas em reunião de departamento. No sentido de rentabilizar tempo, quando se trata da análise ou elaboração de documentos, estes são enviados previamente a todos os elementos do grupo, para que possam ser analisados antes e depois discutidos em conjunto, para apresentação de sugestões e para aprovação da versão definitiva.

Todos os assuntos e documentação relativos ao departamento são partilhados pelos vários professores e discutidos e analisados entre todos, de forma a estabelecer um consenso e uma uniformização das informações que, posteriormente, são transmitidas à comunidade educativa. Esta dinâmica permite uma troca de ideias e de diferentes contributos que permitem estruturar e sintetizar um plano de trabalho conjunto, de forma estruturada e previamente organizada, fomentando a participação de todos nos diferentes assuntos inerentes ao departamento, integrando os vários professores que o constituem e responsabilizando-os face às opções tomadas e levadas a cabo. Desta forma, procuro formular estratégias positivas e motivantes que envolvam o grupo e suscitem a sua adesão às questões relacionadas com o departamento, promovendo processos, atividades e estilos de atuação que fomentem essa adesão.

A realização de reuniões de departamento, nas quais são discutidos os vários assuntos relativos ao seu funcionamento, dá-se com uma periodicidade de cerca de duas a três vezes por período e sempre que se justifique pela necessidade de analisar ou debater alguma situação.

No sentido de ir ao encontro das necessidades de formação do departamento de EF e procurando promover a formação contínua dos professores, apresentei propostas ajustadas a essas necessidades, identificando prioridades, de uma maneira geral, e valorizando a formação recíproca. Assim, apresentei ao Diretor Pedagógico propostas de ações que procurassem ir ao encontro das necessidades de formação dos professores do departamento e organizei ações internas que permitiram a reflexão e a partilha de

experiências e conhecimentos entre pares, nomeadamente no que diz respeito a matérias que fazem parte do PC da disciplina de EF, nas quais alguns professores do departamento têm mais dificuldades (Dança), e de uniformização de procedimentos entre os diferentes professores do grupo (Procedimentos na realização dos testes de avaliação da Aptidão Física - Bateria de testes Fitnessgram).

Outra das funções associadas ao cargo de Coordenadora do departamento de EF, foi a de elemento na Comissão de Avaliação, na avaliação de desempenho de professores de EF.

De acordo com o Contrato Coletivo de Trabalho, a progressão na carreira pressupõe a avaliação de desempenho dos professores. Assim, essa avaliação surge no final de cada nível salarial, reportando-se ao tempo de serviço nele prestado, e é da responsabilidade da Direção Pedagógica do respetivo estabelecimento de ensino, integrando a respetiva Comissão de Avaliação o Diretor Pedagógico, o Coordenador da área disciplinar do avaliado e um docente indicado pelo Conselho Pedagógico.

Neste sentido, ao longo dos anos em que assumi o cargo de Coordenadora do departamento de EF, sempre que um professor da disciplina tinha que ser avaliado para efeitos de progressão na carreira, assumi a função de membro da respetiva Comissão Avaliadora. Inerente a esta função, houve a necessidade de realizar os seguintes procedimentos:

- Elaboração de uma ficha de observação pedagógica (apresentada no Anexo 18), discutida e analisada previamente com os professores que iam ser avaliados, que se traduziu num instrumento muito útil, quer para os observadores, quer para os observados, pois permitiu identificar os parâmetros e critérios a ter em conta nessas observações, específicos do funcionamento da disciplina, e possibilitou um maior rigor e justiça, facilitando a análise e o registo dos acontecimentos das aulas;
- Calendarização das aulas a serem observadas;
- Observação de quatro aulas lecionadas pelos professores que estavam a ser avaliados, com os restantes elementos da Comissão de Avaliação, e análise dos respetivos Planos de Aula e sua conformidade com as Planificações Anuais definidas para os anos de escolaridade em causa;
- Análise e apreciação da autoavaliação entregue pelo professor avaliado;

- Realização de uma entrevista de reflexão sobre a atividade do docente, na qual é dada um parecer pela Comissão de Avaliação, confrontando-o com a respetiva autoavaliação;
- Elaboração e apresentação do relatório de avaliação à Entidade Titular pela Comissão de Avaliação, com a descrição dos elementos tidos em conta na avaliação, a classificação atribuída e respetiva fundamentação.

Como avaliadora dos meus pares, confesso que se tratou de uma posição ingrata e que não foi um papel que tenha gostado de desempenhar particularmente. Isto porque, não querendo prejudicar aqueles que são os meus companheiros diários de trabalho, nem assumir posições que pudessem dar origem a alguns atritos, mau ambiente ou prejudicar o relacionamento estabelecido, tenho dificuldade em esquecer aquela que foi a minha formação científico-pedagógica e aquelas que são as minhas convicções e visões pessoais sobre a disciplina de EF e possibilidades das suas abordagens, existindo durante esses processos algumas situações em que estes aspetos entravam em conflito e tinham que ser discutidos.

A avaliação de desempenho de outros professores de EF foi portanto um desafio, que levou à necessidade de analisar a atividade docente dos meus colegas e, sendo o único elemento na Comissão de Avaliação da mesma área disciplinar dos professores que estavam a ser avaliados, a tarefa torna-se ainda mais exigente pois implica assumir um papel ativo no esclarecimento de dúvidas técnicas que vão surgindo durante as observações de aulas, existindo a necessidade de explicar e argumentar algumas das opções e estratégias adotadas pelos professores avaliados.

No entanto, trabalhando todos os dias com os respetivos professores, e por isso conhecedora dos seus métodos e formas de lecionar, alguns aspetos foram à partida minimizados com conversas informais sobre as aulas previstas e discussão prévia das possibilidades de prática e das opções pedagógicas assumidas. Além disso, não menosprezando o processo avaliativo em si e encarando-o como uma necessidade, também não lhe atribui demasiada importância e procurei assumir uma atitude formativa, de análise, discussão e reflexão sobre a atividade docente, procurando juntamente com os professores avaliados que este fosse um processo transparente, objetivo e concreto, que trouxesse vantagens ao grupo, visando a melhoria do desempenho profissional e o enriquecimento mútuo.

Desta forma, a discussão contínua sobre os aspetos e procedimentos relativos a todo o processo avaliativo e a partilha da respetiva apreciação permitiu que este decorresse de uma forma tranquila, não alterando em nada a relação estabelecida com os colegas envolvidos.

No que diz respeito ao cargo de Coordenadora do Desporto Escolar, para além da elaboração do respetivo projeto e da avaliação do mesmo todos os anos letivos, este pressupõe a organização e dinamização das diferentes atividades nele contempladas e assegurar a comunicação entre a DREL e os professores responsáveis pelos diferentes grupos/ equipas, bem como com a Direção Pedagógica do colégio.

Importa referir que, depois de um primeiro mandato de três anos nestes cargos, no final do ano letivo 2012-2013 fui reeleita, o que pode ser entendido como um indicador e mecanismo de avaliação positiva dos processos de gestão inerentes a estas funções.

Capítulo IV

CONCLUSÃO

CAPÍTULO IV - CONCLUSÃO

Desde que terminei a licenciatura em Ciências do Desporto na FMH, comecei imediatamente a lecionar no CMB. Assim, para além da escola onde realizei o estágio pedagógico (Escola Secundária Fernando Lopes Graça - Parede), esta foi a única instituição onde exerci o ensino da EF e onde pude colocar em prática todos os conhecimentos e aprendizagens adquiridas.

Num período caracterizado, nos últimos anos, pela implementação de uma série de medidas no ensino que têm sido fonte de instabilidade profissional e de mau estar nas escolas, como foi o caso, por exemplo, da avaliação de docentes e dos cortes sucessivos nos vencimentos, sendo o CMB uma instituição privada, financeiramente sólida e com um corpo docente estável, a estabilidade profissional que encontrei neste estabelecimento de ensino, numa época em que isso é muito raro, fez com que me dedicasse e empenhasse no sentido de dar o melhor contributo possível, quer como docente da disciplina de EF, quer como elemento ativo da comunidade educativa, procurando a melhoria dos resultados do processo de ensino-aprendizagem dos alunos do colégio e do seu funcionamento, de uma maneira geral. Na realidade, essa estabilidade potencia um maior envolvimento na elaboração e implementação de projetos plurianuais, pela garantia da participação na sua concretização e desenvolvimento.

Como instituição privada com uma identidade e realidade próprias e sendo os alunos do colégio de extratos socioeconómicos médios/altos, tenho noção que em alguns aspetos esse fator é um privilégio, uma vez que as questões relacionadas com a disciplina são à partida uma mais valia e facilitam todo o processo de lecionação, o que por si só constitui um fator positivo para promover o processo de ensino-aprendizagem dos alunos.

Na qualidade de ex-aluna do colégio, numa primeira instância, o confronto entre aquela que era a imagem que tinha como aluna e uma nova maneira de estar nessa realidade, agora como docente, foi um processo muito interessante e nalguns aspetos engraçado. O caso particular da disciplina de EF, por exemplo, é um excelente exemplo dessa diferente forma de ver o colégio. Assim, as lembranças que tenho relativamente à prática desta disciplina como aluna no CMB, em nada tem a ver com a minha visão atual sobre a mesma, sendo que nessa altura a Ginástica e a Aptidão Física eram das poucas matérias abordadas nas aulas e o estilo de ensino por comando era uma constante. Hoje em dia, percebo que essa visão tinha a ver, sobretudo, com os ideais da época, quer do colégio

como instituição, quer dos professores que, estando muito ligados ao ensino militar, acabavam por transpôr para as suas aulas a realidade de abordagem de situações específicas e muito utilizadas nesse tipo de ensino. Atualmente, com a entrada no colégio de outros professores de EF, incluindo-me nesse grupo, cuja formação e visão sobre a EF é mais completa e diversificada, a realidade da disciplina, tal como previsto nos PNEF, vai ao encontro de uma concepção inclusiva, emancipadora, eclética e orientada acima de tudo para o desenvolvimento multilateral do aluno. Esta alteração na forma de encarar a disciplina de EF tem sido um processo lento, nem sempre fácil, pela necessidade de entrar em conflito com tradições e ideais à muito assumidos, mas, ao mesmo tempo, gratificante, quando eu e outros colegas, que temos tido um papel ativo nesta realidade, olhamos para os nossos alunos e para aquelas que são as suas possibilidades de prática nas aulas de EF e constatamos que estamos no bom caminho. Na verdade, sendo o cenário o mesmo, com a alteração das personagens e das suas convicções, a interpretação dos mesmos papéis assume formas muito diferentes, alterando completamente os resultados e as conclusões que se tiram.

Numa fase inicial, quando comecei a lecionar no colégio, encontrei um grupo de EF um pouco dividido, com muito poucos procedimentos uniformizados, pelo que ao longo destes anos tem sido outro desafio profissional a alteração desta situação. Um aspeto que tem facilitado este processo foi a saída de alguns professores mais velhos e de outros que se encontravam em regime de acumulação com a escola pública, que permitiu uma nova realidade de trabalho, com um grupo mais pequeno e colaborante, o que facilitou bastante a forma do grupo se relacionar e toda a uniformização e consenso das opções pedagógicas adotadas.

Procurando a inovação e a atualização nas formas de ver e entender a EF, tenho noção que tive um papel decisivo na implementação ou reestruturação de processos e procedimentos, adaptando pensamentos e metodologias de ensino, planeamento, avaliação e na implementação de novos projetos que constituíram uma mais valia para o colégio, contribuindo para uma melhoria no seu funcionamento e crescimento, quer pedagógico, quer institucional.

Apesar de existirem aspetos que poderiam ser melhorados (existem sempre), como é o caso por exemplo das instalações, que acaba por ser o fator que mais condiciona o funcionamento da EF no CMB, é minha convicção que ao longo destes anos existiu uma evolução na leção da disciplina, que resultou em parte destas alterações, tendo

estas constituído uma melhoria significativa na aprendizagem e desenvolvimento dos alunos.

A elaboração do presente relatório permitiu um olhar e uma reflexão sobre todos estes aspetos, que fazendo parte do dia a dia no colégio se tornam muitas vezes rotinas e deixam de ser analisados. Assim, essa reflexão permitiu um processo de tomada de consciência, de que o trabalho desenvolvido tem sido bastante positivo e que vai ao encontro daquelas que são as finalidades e objetivos gerais da EF, mas que é fundamental uma reflexão continua sobre os mesmos, visando uma atualização constante, no sentido de dar resposta às diferentes necessidades profissionais, face às realidades que vamos encontrando e que vão sofrendo alterações com o passar dos tempos.

Capítulo V

BIBLIOGRAFIA

CAPÍTULO V – BIBLIOGRAFIA

1. BIBLIOGRAFIA

- Abreu, M. e Masseto, M. (1990). *O professor universitário em aula*. São Paulo: MG Editores Associados.
- Allal, L., Cardinet, J. e Perrenoud, P. (1986). *A avaliação formativa num ensino diferenciado*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Andrade, C. (2011). *Aprendizagem Cooperativa. Estudo com alunos do 3.º CEB*. Tese de Mestrado. Instituto Politécnico de Bragança - Escola Superior de Educação de Bragança.
- Araújo, F. (2007). A Avaliação e a Gestão Curricular em Educação Física – Um olhar integrado. *Boletim da Sociedade Portuguesa de Educação Física*, n.º32, 121-133.
- Bom, L., Carreiro da Costa, F., Jacinto, J., Cruz, S., Pedreira, M., Rocha, L., et al. (2001a). *Programa de Educação Física 10º, 11º ano e 12º anos - Cursos Científico-Humanísticos e Cursos Tecnológicos*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Bom, L., Carreiro da Costa, F., Jacinto, J., Cruz, S., Pedreira, M., Rocha, L., et al. (2001b). *Programa de Educação Física Ensino Básico - 3º Ciclo (reajustamento)*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Carreiro da Costa, F. (1984). O que é um ensino eficaz das atividades físicas no meio escolar?. *Revista Horizonte*, vol.1, n.º1, 22-26.
- De Ketele, J.M. (1986). A propósito de noções de avaliação formativa, de avaliação sumativa, de individualização e diferenciação. In Allal, L., Cardinet, J. e Perrenoud, P. (1986). *A avaliação formativa num ensino diferenciado*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Ferreira, V., Rosado, A. (2009). Promoção de ambientes positivos de aprendizagens. *Pedagogia do Desporto*. Cruz Quebrada: Edições FMH.

- Januário, C. (1992). *O pensamento do professor. Relação entre as decisões pré-interativas e os comportamentos interativos de ensino em Educação Física*. Tese de Doutoramento. Faculdade de Motricidade Humana – Universidade Técnica de Lisboa.
- Mosston, M. & Ashworth, S. (2008). *Teaching Physical Education*. First Online Edition. Retirado em 11 de março de 2014, do sítio: <http://www.spectrumofteachingstyles.org/ebook>
- Onofre, M. (1986). *Feedback pedagógico e qualidade do ensino: influência da formação específica e não específica no diagnóstico do erro numa praxia motora*. Monografia. Instituto Superior de Educação Física – Universidade Técnica de Lisboa.
- Rego, A.; Cunha, M. P. (2005). *Liderar*. Lisboa: Ed. Publicações Dom Quixote.
- Rosado, A. (2001). Conceitos básicos sobre planificação didática. *Pedagogia do Desporto*. Estudos 7. Cruz Quebrada: Edições FMH.
- Rosado, A., Colaço, C. (2002). *Avaliação das Aprendizagens – fundamentos e aplicações no domínio das atividades físicas*. Lisboa: Omniserviços, Representações e Serviços, Lda.

2. DOCUMENTOS CONSULTADOS

2.1 Legislação Consultada

- Portugal (1986). Lei n.º 46/86 de 14 de outubro. Lei de Bases do Sistema Educativo.
- Portugal (1992). Decreto-Lei n.º 249/92. Formação contínua de professores.
- Portugal (2007). Lei n.º 5/2007 de 16 de janeiro. Lei de Bases da Atividade Física e Desporto.
- Portugal (2008). Decreto-Lei n.º 3/2008 de 7 janeiro.
- Portugal (2010). Decreto-Lei n.º 2/2010 de 23 de junho.

Portugal (2011). Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 30, de 15 de agosto de 2011.

Portugal (2012). Despacho normativo n.º 24-A/2012 de 6 de dezembro, Série II.

2.2 Documentos Internos Consultados – CMB

Projeto Educativo do CMB

Regulamento Interno do CMB

ANEXOS

(Disponíveis no CD ROM anexado)